

JÂNIO FERREIRA DE ALMEIDA

**IMPACTO DO SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA NO
CONTROLO INTERNO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS
PORTUGUESAS**

Orientador: Eduardo Moraes Sarmento

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Ciências Económicas e das Organizações**

Lisboa

2015

JÂNIO FERREIRA DE ALMEIDA

**IMPACTO DO SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA NO
CONTROLO INTERNO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS
PORTUGUESAS**

Dissertação apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Fiscalidade.

Orientador: Professor Doutor Eduardo Moraes Sarmiento

Coorientador: Professor João Miguel Borralho.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Ciências Económicas e das Organizações

Lisboa

2015

AGRADECIMENTOS

Esta Dissertação é o culminar de um objetivo académico e sendo o resultado de horas de pesquisa, estudo, reflexão e trabalho, que não seria possível sem ajuda.

Assim, gostaria de agradecer à ULHT por toda a formação e informação que me tem proporcionado ao longo destes anos. Em particular aos professores que fizeram parte do mestrado em Contabilidade e Fiscalidade, por toda a motivação que me incutiram, para além da transmissão de conhecimentos e dos conselhos e recomendações.

Desejo também expressar o meu reconhecimento ao professor Dr. João Miguel Borralho e ao Doutor Eduardo Moraes Sarmento agradecendo a oportunidade de terem realizado sob a sua orientação este trabalho, a sua disponibilidade, a sua objetividade e seus ensinamentos.

A minha família, pelo exemplo de vida, por tudo o que me ensinaram tornando-me um fiel seguidor do seu modelo de trabalho, dedicação, compreensão e aprendizagem permanente.

Aos meus amigos, pelo incentivo, e também pelo carinho que sempre me dedicaram e que é tão importante para o equilíbrio emocional.

PALAVRA-CHAVE

SNC, PME, Revisão Legal de Contas

RESUMO

No presente trabalho são analisados os impactos da transição Plano Oficial de Contabilidade para o Sistema de Normalização Contabilística no controlo interno das Pequenas e Médias Empresas em Portugal no período de 2009 a 2011.

Os objetivos específicos do estudo são: identificar e testar a existência de diferenças significativas nas rubricas das demonstrações financeiras (balanço e demonstração de resultados) quando apresentados sob POC e sob SNC; para avaliar os impactos da adoção do SNC em termos de controlo interno.

Os resultados demonstram que nas rubricas individuais dos balanços em estudo (imparidade de ativos, acréscimos e diferimentos, inventários e provisões), existem diferenças significativas no incremento da qualidade e transparência dos registos contabilísticos e divulgações que indicam aperfeiçoamento no controlo interno.

A aplicação do índice do conservadorismo de Gray demonstra diferenças com a alteração do normativo.

Comprovamos a utilidade deste estudo através dos resultados obtidos, pois, os impactos relativamente ao controlo interno foram significativos e os riscos destes impactos potenciam a intervenção dos Órgãos de Gestão.

Todas as conclusões retiradas do estudo corroboram as deduções efetuadas anteriormente, por outros autores, onde muitos destes consideram que as NCRF têm um impacto elevado nas empresas e, que este impacto é visível na qualidade das DF's das empresas.

KEYWORDS

SNC, PME's, Legal Accounts Certificate

ABSTRACT

In the present work are examined the impacts of the transition Official Plan of accounts for the accounting standards system in the internal control of small and medium-sized enterprises in Portugal in the last 3 years.

The specific objectives of the study are: to identify and test the existence of significant differences in the headings of the financial statements (balance sheet and profit and loss statement) when presented under POC and under SNC; evaluate the impacts of the adoption of the CNS in terms of internal control.

The results show that the individual items of the balance sheet (impairment of assets, accruals and deferrals, Inventories and Supplies) there are significant differences in improving the quality and transparency of the accounting records and disclosures.

The application of the conservatism index of Gray shows differences to the regulatory amendment.

We prove the usefulness of this study through the results obtained, as it, impacts on the internal control were significant and the risks of these impacts can fuel the internal auditors' intervention.

All conclusions drawn from the study confirm the deductions made previously by other authors, where many of these consider that the NCRF have a high impact on businesses and that this impact is visible in the quality of DF's businesses.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE ABREVIATURAS	9
1- Introdução	10
1.1- Definição do Contexto	10
1.2- Justificação Temática	11
1.3- Objetivos e pressupostos do Estudo	12
1.4- Questões de Investigação	12
1.5- Fonte de Referências Teóricas	13
1.6- Estrutura da Dissertação.....	15
CAPÍTULO II - CONCEITO E IMPORTÂNCIA DO CONTROLO INTERNO	17
2.1- Conceito, Importância do Controlo Interno	18
2.2- Aspetos Relevantes do Controlo Interno	19
CAPÍTULO III - ESTUDO DA NCRF 12 – (IMPARIDADE DE ACTIVOS) E IMFLUÊNCIA NO CONTROLO INTERNO	21
3.1- Introdução	22
3.2- A Imparidade em Ativos no SNC	22
3.3- Pontos de Contacto Entre NCRF12 e Controlo Interno.....	23
3.3.1- Os Riscos de Imparidade da Normalização Contabilística	24
CAPÍTULO IV - INVENTÁRIOS.....	26
4.1- Introdução	27
4.2- SNC e o Controlo dos Inventários	27
4.6- Pontos de Contacto entre a NCRF 18 e o Controlo Interno.....	34
CAPÍTULO V- ACRÉSCIMO E DIFERIMENTOS DE GASTOS/RENDIMENTOS E PROVISÕES	36
5.1- Introdução	37
5.2- Gastos de Diferimentos	37
(Periodização Económica)	37
5.2.1- Objetivos de Controlo Interno nos Acréscimos e Diferimentos	37
5.2.2- Procedimentos de Controlo dos Acréscimos e Diferimentos	38
5.3- Provisões.....	39
5.3.1- Procedimento de Controlo de Provisões	39
5.4- Impactos da NCRF 21 nos Procedimentos de Controlo Interno.....	41
CAPÍTULO VI - METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	42

6.1- Definição da Amostra	43
6.2 - Metodologia de Tratamento de Dados	45
CAPITULO VII - RESULTADO	49
7.1- Introdução	50
7.2- Caracterização das Empresas em Estudo.....	50
7.3- Análise Estatística e Discussão De Resultados.....	52
CAPITULO III - CONCLUSÃO DO ESTUDO.....	56
8.1- Conclusão.....	58
8.2- Limitações do Estudo e Perspetivas Futuras.....	61
Referências Bibliográficas	62
Anexo 1: Empresas que Constituem a Amostra.....	65
Anexo 2 – Teste da Normalidade dos Parâmetros	69
Anexo 3 - Testes de Normalidade com Variáveis de Distribuição Normal	71

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 4.1 - Diferenças do SIP (POC e SNC).....	30
Quadro 6.1 - Entidades que constituem a amostra	44
Quadro 7.1 - Estatística descritiva das rubricas do Balanço e DR sob POC 2009.....	50
Quadro 7.2 - Estatística descritiva das rubricas do Balanço e DR sob SNC 2010 e 2011	51
Quadro 7.3 - Distribuição de frequências segundo o índice de Gray para volume de negócios e ativos	55
Quadro 7.4 - Distribuição de frequências segundo o índice de Gray para os Passivos.....	56

ÍNDICE DE FIGURAS

1Figura 7.1 - Estatística descritiva das variáveis explicativas sob POC	51
2Figura 7.2 - Estatística das variáveis em estudo sob SNC	52

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

ABDR - Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

AICPA - American Institute of Certified Public Accountants

CI - Controlo interno

CNC - Comissão de Normalização Contabilística

DC - Diretriz Contabilística

DF – Demonstrações Financeiras

DRA - Diretrizes de Revisão/Auditoria

DRF – Demonstração de Resultado por Funções

ERM - Enterprise Risk

IAS - International Accounting Standards

IASB - International Accounting Standards Board

IASC - International Accounting Standards Committee

IFAC - International Federation of Accountants

IFRS - International Financial Reporting Standards

IIA - Institute of Internal Auditors

IPAI - Instituto Português de Auditores Internos

NCRF - Normas Contabilísticas de Relato Financeiro

NI - Norma Interpretativa

NT - Normas Técnicas

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

PME – Pequenas e Médias Empresas

POC – Plano Oficial e Contas

ROC – Revisor Oficial de Contas

SFAS – Statement of Financial Accounting Standards

SIP - Sistema de inventário permanente

SNC - Sistema de Normalização Contabilística

TOC - Técnico Oficial de Contas

UGC – Unidade geradora de caixa

ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

US GAAP - Generally Accepted Accounting Principles in the United States

1- Introdução

1.1- Definição do contexto

Nas últimas décadas, assistiu-se a uma crescente globalização económica e financeira, consequência do desenvolvimento das telecomunicações e tecnologias de informação, o que conduziu a uma crescente internacionalização das empresas, dos negócios e à necessidade dos investidores diversificarem os seus investimentos como forma de mitigarem os seus riscos.

Neste contexto, surgiu a necessidade de se adotar um conjunto de normas contabilísticas aceite a nível internacional, como forma de reduzir as diferentes práticas contabilísticas entre os países e empresas, assim como os problemas daí adjacentes, sendo muitos os organismos internacionais criados para esse efeito, dos quais se salienta o International Accounting Standards Board (IASB), responsável por produzir um conjunto de normas contabilísticas.

Portugal não foi alheio a este processo e, para evitar a existência de dois normativos contabilísticos diferentes nas empresas portuguesas, decidiu aproximar o seu sistema contabilístico ao normativo internacional, criando o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), modelo baseado nas normas do IASB, que entrou em vigor a 01 de Janeiro de 2010, substituindo o anterior Plano Oficial de Contabilidade (POC) e demais legislação complementar.

O crescimento constante das pequenas e médias empresas, quer seja em tamanho, quer seja em diversificação de suas atividades económicas, dificulta o controlo de seus diversos sectores. Portanto, torna-se necessário o uso de mecanismos os quais possam auxiliar no controlo e fiscalização dos mesmos, proporcionando um maior controlo no qual resultará em maior grau de eficiência e eficácia das empresas.

Assim, este estudo focaliza-se nos impactos da adoção do Sistema de Normalização Contabilística relativamente ao controlo interno das Pequenas e Médias Empresas Portuguesas, ou seja, por um lado pretende analisar o impacto deste normativo nas

Demonstrações Financeiras (DF) das entidades, e por outro potenciar a intervenção do sistema de controlo interno, quer na envolvência do processo de conversão para o SNC, quer na incorporação dos riscos associados aos inventários, diferimentos, imparidade e provisões.

Em termos genéricos, este estudo pretende proporcionar utilidade e orientação no processo de conversão para o SNC e na análise dos impactos da aplicação das normas, quer aos profissionais das áreas de contabilidade e de controlo interno, quer à gestão das PME Portuguesas que adotaram o SNC a partir de Janeiro de 2010, com especial relevo para os impactos associados à aplicação de algumas NCRF.

Por outro lado, o interesse individual não deve ser esquecido, como tal considerou-se vantajoso associar uma necessidade académica de realização de uma dissertação para a obtenção do grau de mestre do Mestrado de Auditoria da ULHT com a aquisição de novos conhecimentos tão necessários à vida profissional.

1.2- Justificação temática

A importância e a relevância da escolha deste tema tiveram a ver com fatores de ordem académica e profissional.

Em termos académicos, quer a Normalização Contabilística, quer o controlo interno, assumem uma importância relevante, pois ambos se preocupam com os riscos associados ao controlo e salvaguarda dos ativos das entidades:

- Ao nível da Normalização Contabilística, em particular ao nível das perdas por imparidade que podem ocorrer em qualquer ativo, a generalidade das normas contabilísticas referem-se ao seu reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos, considerando nos seus preceitos, as condições e requisitos necessários para o reconhecimento de perdas por imparidade;
- Ao nível do controlo interno, em particular o controlo baseado no risco, contém nos seus preceitos uma preocupação fundamental: se os controlos internos para efeitos de salvaguarda dos patrimónios das entidades, atendendo aos riscos mais relevantes, existem e, caso existam, se são os adequados. Em termos profissionais, entendemos que

a contabilidade e um bom SCI podem reforçar e conciliar, aqueles objetivos pretendidos.

1.3- Objetivos e pressupostos do estudo

Em termos globais, com o presente estudo, pretende-se compreender os possíveis impactos no controlo interno com aplicação do SNC nas PME Portuguesas, tendo também em conta a consistência dos seus desempenhos financeiros.

Inicialmente partimos de duas hipóteses distintas:

H₁: se houve melhorias na qualidade das DF's das empresas (mais transparência e coerência dos registos contabilísticos), efetivamente concluiremos que o SNC teve um impacto positivo nos sistemas de controlo interno;

H₂: se o SNC se refletir em práticas menos conservadoras do que o POC, consideramos que há menos situações de incerteza, e deste modo concluímos que o SNC teve um impacto positivo na qualidade da informação financeira.

Assim sendo, os objetivos específicos que se pretendem alcançar são:

- identificar e testar a existência de diferenças significativas nas rúbricas das demonstrações financeiras (balanço e demonstração de resultados) quando apresentados sob POC e sob SNC, que apresentam maior associação com o controlo interno;
- testar os impactos da adoção do SNC que trouxeram efetivamente algumas mudanças nos procedimentos de controlo interno.

De referir que, com a adoção do POC, as pequenas e médias empresas eram criticadas por adotarem critérios fiscais na elaboração das demonstrações financeiras, em vez de adequados princípios contabilísticos.

1.4- Questões de investigação

Tendo em conta os objetivos definidos, formularam-se as seguintes questões de estudo sobre o processo de implementação do SNC:

Questão n.º 1: A adoção do SNC nas demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas sugere melhorias de procedimentos de controlo interno?

Questão n.º2: De que modo as mudanças das práticas contabilísticas pelo SNC influenciaram o funcionamento do SCI?

1.5- Fonte de referências teóricas

Uma das dificuldades do nosso estudo, está associada à falta de estudos relacionados aos impactos nos procedimentos de controlo interno derivados da adoção do SNC, impossibilitando, deste modo, encontrar informação credível das mesmas implicações teóricas ao tema em questão. Desta forma, esta dissertação alia-se a estudos anteriores, nos quais constatamos que existem relações entre os objetivos e pressupostos:

1- **Matos, Hélder Alexandre Pereira (2011)** “ *a adoção do SNC e os seus impactos nas demonstrações financeiras*” Este trabalho teve como principal objetivo evidenciar as principais alterações que surgiram com a criação do Sistema de Normalização Contabilística ao nível do impacto que causa na leitura e interpretação das demonstrações financeiras de uma entidade.

O mesmo concluiu, que a mudança para o novo sistema normativo, o SNC, provocou significativas melhorias no que toca à leitura e análise das demonstrações financeiras por comparação com a situação existente até ao final de 2009.

2- **Machado, Suzanna Monteiro (2011)** “*Do POC ao SNC: Que Implicações para os TOC?*” Com o estudo em apreço, pretendeu-se analisar as implicações para os TOC decorrentes das recentes alterações à normalização contabilística em Portugal, ou seja, esperava-se com este estudo conseguir perceber quais as principais dificuldades e implicações da profissão de TOC decorrentes da adoção do SNC.

Contudo, os resultados obtidos através do estudo empírico relevam, essencialmente, que os TOC sentiram uma grande mudança com a entrada em vigor do SNC. Verificou-se, também, que o SNC exerceu um impacto positivo no perfil do TOC. Segundo a amostra, atualmente a maioria dos TOC possui um

maior conhecimento da entidade em que presta serviços e uma maior preocupação na forma como interagem com as entidades clientes,

- 3- **Machado, José Joaquim de Sá (2012)** *Os primeiros impactos da adoção do SNC nas PME de excelência em Portugal*” – Foram analisados neste trabalho os impactos da transição POC para o SNC sobre a comparabilidade da informação financeira, para uma amostra de PME de excelência tendo em conta o seu desempenho financeiro nos últimos 3 anos.

Dados os resultados obtidos, o estudo conclui que nas rubricas individuais do balanço (ativos fixos tangíveis, reservas e resultados transitados, dívidas a terceiros não correntes, financiamentos obtidos não correntes, passivos por impostos diferidos, dívidas a terceiros correntes, financiamentos obtidos correntes) existem diferenças significativas. Nas restantes rubricas individuais do balanço não existem diferenças significativas.

- 4- **Marques, Miguel Cabelo Dias (2011)** - *A Implementação Do Sistema De Normalização Contabilística (SNC) Em Portugal: A Experiência Do 1º Ano Na Perspetiva De Profissionais De Contabilidade*. Essa dissertação teve como objetivo analisar o primeiro ano de implementação do SNC, identificando as principais perceções sobre a experiência de implementação do normativo pelos profissionais e sobre o impacto da sua implementação nas empresas.

As conclusões da investigação indicam que os propósitos da mudança (benefícios e objetivos), e os principais conceitos estruturantes, alterados com a implementação do SNC, são compreendidos e consensuais. No entanto, concluiu-se que estes novos conceitos podem levar ao aumento dos casos de contabilidade criativa e que apresentam uma orientação divergente das PME portuguesas na perspetiva da principal fonte de financiamento. Concluiu-se ainda que os profissionais não estavam completamente aptos a aplicar o SNC.

As conclusões obtidas dos estudos anteriores indicam, que as NCRF têm um impacto elevado nas empresas e, que este impacto é visível na qualidade das DF's das empresas.

De destacar que o estudo realizado por **José Joaquim de Sá Machado** foi o principal estudo a servir de inspiração à realização do presente trabalho, embora pese ter incidido

sobre uma realidade diferente.

1.6- Estrutura da dissertação

Esta dissertação foi organizada em nove capítulos, tendo o primeiro sido subdividido em seis pontos, com o objetivo de possibilitar a melhor compreensão da estrutura da dissertação.

- **O primeiro capítulo** faz uma introdução ao tema, abordando as áreas temáticas da contabilidade e de controlo interno, apresenta as justificações que suportaram a temática de conciliar estas áreas das ciências sociais, enuncia o objetivo do estudo e as questões de investigação, apresenta a estrutura da dissertação e uma síntese dos capítulos.
- **O segundo capítulo** aborda o conceito de controlo interno, apresenta as características, bem como diversas considerações acerca da sua importância e utilidade na boa gestão das empresas.
- **O terceiro capítulo** trata da análise detalhada da NCRF 12 – Imparidade de Ativos e sua associação com o controlo interno na gestão dos riscos.
- **O quarto capítulo** tem como objetivo estudar os Inventários - Classe 3, conceito agora adotado pelo SNC. O âmbito deste capítulo consiste em estudar a NCRF 18 e as suas implicações nos procedimentos de controlo dos inventários.
- **O quinto capítulo** baseia-se na abordagem das contas de diferimentos de gastos e provisões, retratando a Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF 21) e as suas implicações nos procedimentos de controlo interno.
- **O sexto capítulo** aborda a metodologia utilizada no estudo, foi utilizada uma metodologia qualitativa e quantitativa de investigação, só em alguns pontos da análise, como forma de complementar a informação.
- **O sétimo capítulo** retrata os resultados das análises realizadas às rubricas do balanço e da demonstração de resultados. Primeiro será apresentada a caracterização das empresas em estudo através da utilização de estatísticas descritivas e depois os resultados das questões de investigação através dos testes

estatísticos mais adequados. Após apresentar os resultados do estudo empírico, vamos efetuar a discussão dos resultados apresentados.

- **O oitavo e último capítulo** destinam-se em sintetizar as diversas conclusões deste estudo, agregando as conclusões parcelares que forem sendo retiradas dos diversos subtemas. A par das conclusões, serão também indicadas as limitações do estudo que de alguma forma foram sendo encontradas ao longo do mesmo. Finalizaremos este trabalho com a apresentação de algumas perspetivas futuras, de forma a estimular os estudantes, ou profissionais das áreas da contabilidade e controlo interno, a desenvolver este ou outros temas, que envolvam o SNC ou a aplicação das suas normas.

CAPITULO II - CONCEITO E IMPORTÂNCIA DO CONTROLO INTERNO

O presente capítulo apresenta o conceito de controlo interno, seus procedimentos e limitações, procurando encontrar os pressupostos para a realização do estudo.

2.1- Conceito e importância do controlo interno

O SNC passou a vigorar partir de 2010, embora obrigue a refazer as contas desde o fim de 2008¹. Esta mudança teve como consequência o aumento dos riscos de controlo, não só por mudar a sua forma (terminologia, conceitos e regras), como também, por implicar novas posturas de todos os intervenientes neste processo: as empresas; o TOC e o ROC, uma vez que vem acompanhado de um sistema sancionatório (artigo 14º do Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de julho).

O CI é um processo, define o COSO², da responsabilidade do conselho administração, da gestão executiva e restante pessoal da entidade, estabelecido com vista a proporcionar uma garantia razoável da consecução dos objetivos da organização:

- eficácia e eficiência das operações;
- fiabilidade do reporte financeiro;
- conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis.

De acordo com a DRA 410, o CI é o conjunto de políticas e procedimentos adotados pela gestão de uma entidade que contribuam para alcançar os objetivos da gestão:

- assegurar a condução ordenada e eficiente do seu negócio;
- a salvaguarda de ativos;
- a prevenção e deteção de fraude e erros;

¹Opinião de José Rodrigues de Jesus, no seu artigo intitulado “SNC – perspectiva dos revisores: principais reflexos nas auditorias”, na revista de julho/setembro de 2009 dos Revisores Auditores.

²COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Tread way Commission, fundada em 1985, é uma organização voluntária do sector privado, composta por cinco associações profissionais da área financeira:

Tem como missão fornecer orientação sobre a gestão de risco, controlo interno e luta contra a fraude, com o objetivo de melhorar o desempenho organizacional e de gestão nas empresas. (mais informações em www.coso.org).

- rigor dos registos contabilísticos;
- cumprimento das leis e regulamentos;
- a preparação tempestiva de informação financeira credível.

2.2- Aspetos relevantes do controlo interno

A necessidade de avaliar o sistema de controlo interno vem referida no parágrafo 13 das Normas Técnicas de Revisão/ Auditoria³: “ O revisor/ auditor deve avaliar a forma como o sistema de controlo interno efetivamente funciona e, nos sistemas de informação computadorizados, tomar em consideração a forma como eles afetam a revisão/auditoria.”

A finalidade de avaliar o sistema de controlo interno é a de estabelecer normas e proporcionar orientação na obtenção do conhecimento suficiente dos componentes do sistema de controlo interno, a fim de planear a revisão/auditoria e desenvolver uma metodologia de revisão/auditoria eficaz. O sistema de controlo interno compreende cinco componentes⁴ interligados, os quais são:

Ambiente de controlo que significa a atitude geral, a consciencialização e as ações da gestão a respeito do sistema do controlo interno e a sua importância dentro da entidade e que dá a tônica a uma organização, influenciando a consciência de controlo do seu pessoal. É o ponto de partida para os outros componentes de controlo interno, proporcionando disciplina e estrutura;

Avaliação do risco é a identificação e análise pela entidade dos riscos relevantes para a realização dos seus objetivos, formando a base para a determinação de como os riscos devem ser geridos;

³ Fonte: Manual do Revisor Oficial de Contas. Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

⁴Directriz de Revisão/Auditoria 410 – Controlo Interno.

Procedimentos de controlo são as políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da gestão são executadas;

Informação e comunicação é a identificação, recolha e troca de informação por forma a permitir aos empregados levarem a cabo as suas responsabilidades;

Monitorização é o processo que avalia a qualidade do desempenho do controlo interno ao longo do tempo.

O Instituto Americano dos Contabilistas Públicos Certificados (AICPA) caracteriza o controlo interno em dois grandes tipos de controlo:

- Controlo Interno Administrativo, que contém o plano de organização, os procedimentos e registos que se relacionam com os processos de decisão. É sobretudo um controlo sobre a eficiência e eficácia das áreas operacionais, tendo apenas uma influência indireta nas demonstrações financeiras.
- Controlo Interno Contabilístico tem grande influência nas demonstrações financeiras, podendo afetar significativamente os registos contabilísticos (e, consequentemente, as demonstrações financeiras finais), razão pela qual deve merecer uma atenção muito especial, quer por parte do auditor interno, quer, sobretudo, por parte do auditor externo. Especificamente, compreende o plano da organização, os registos e procedimentos que se relacionam com a salvaguarda dos ativos e com a confiança que inspiram os registos contabilísticos.

CAPÍTULO III - ESTUDO DA NCRF 12 – (IMPARIDADE DE ATIVOS) E INFLUÊNCIA NO CONTROLO INTERNO

3.1- Introdução

O objetivo central deste capítulo assenta no papel do controlo interno na gestão dos riscos da adoção da NCRF 12, cuja preocupação é verificar se o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos sujeitos a imparidades, são realizados com base em critérios e métodos aceitáveis, que permitam aos destinatários da informação financeira considerar que as DF`s apresentam uma imagem verdadeira e apropriada, nesta perspetiva da imparidade de ativos, e efetivamente levar-nos-á a concluir quais as influências da NCRF 12 nos SCI das PME.

3.2- A Imparidade em ativos no SNC

O novo alcance e a profundidade concetual aplicados à temática da imparidade, encontram-se bem patentes nas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). Para o tema em estudo destaca-se a NCRF 12, que trata das imparidades de ativos. Desta norma, retira-se o seguinte:

- a imparidade é definida como o excedente da quantia escriturada (contabilizada) de um ativo em relação à sua quantia recuperável;
- a quantia recuperável, a ser comparada com a quantia escriturada a fim de determinar a eventual imparidade, é a quantia mais alta entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso;
- a melhor evidência do justo valor menos os custos de vender um ativo é o preço num acordo de venda vinculativo, numa transação entre partes sem qualquer relacionamento entre elas;
- o valor de uso é definido como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, que se espera que surjam do uso continuado de um ativo e da sua alienação no fim da vida útil.

Concetualmente, tais elementos conferem aos ativos contabilizados um valor que deixa de ser o custo histórico diminuído das depreciações acumuladas (âmbito do POC), passando a estar mais próximo do preço de mercado (justo valor), ou do montante que os gestores da entidade julgam que deve ser atribuído ao ativo no âmbito da sua continuidade ao serviço da empresa (valor de uso).

3.3- Pontos de contacto entre NCRF12 e controlo interno

Vamos focalizar o nosso estudo na essência do tema, isto é, nos pontos de contacto entre os riscos de imparidade associados à normalização contabilística e a gestão preconizada pelo controlo interno.

Relativamente às imparidades de ativos, o controlo interno da entidade deverá ser capaz de concluir-se: i) todos os ativos que poderão estar em imparidade foram identificados, ii) os testes à imparidade foram devidamente efetuados para todos os ativos identificados, iii) as estimativas realizadas são consistentes e os cálculos matemáticos rigorosos, iv) o reconhecimento e divulgação efetuados estão corretos.

Para analisar as divulgações efetuadas nas Notas, a metodologia usada consistiu na avaliação das informações constantes das divulgações específicas dos ativos e das imparidades, assim como da nota onde constam as políticas contabilísticas adotadas relativamente àquelas rubricas, procedendo-se a uma breve descrição das informações divulgadas. Para efeitos da avaliação, foi considerado o estipulado na NCRF 12 - Imparidade de Ativos no que respeita às divulgações a efetuar.

Relativamente às divulgações a efetuar, verificamos (na amostra das 29 PME em estudo) que, dada a subjetividade e a incerteza associada à temática, foi exigido uma ampla e clara explicação de todo o processo inerente à determinação da perda/reversão.

É de realçar que, para além do relevante impacto que pode existir, se verifica que há um elevado grau de complexidade inerente à temática imparidades, o qual deriva de fatores tais como, a incerteza e a subjetividade subjacentes à mensuração da imparidade, nomeadamente, nas estimativas, na determinação da taxa de desconto, entre outros, que podem influenciar a qualidade da informação divulgada.

Assim, é imprescindível uma atenção e análise cuidadosa por parte de quem elabora o plano de controlo das Demonstrações Financeiras, para que estas espelhem as perdas/reversões, no propósito de obtenção de informação financeira autêntica e

fidedigna, tornando-se também essencial uma clara explicitação, por parte do Órgão de Gestão, dos procedimentos, pressupostos e métodos utilizados relativamente a esta rubrica.

3.3.1- Os Riscos de Imparidade da Normalização Contabilística

Os riscos mais relevantes associados ao novo SNC, nomeadamente à NCRF 12, que de acordo com Zack (2009) e, pese embora o faça através da análise comparativa entre as SFAS 144 e a IAS 36, devido às suas semelhanças, vamos considerá-las por analogia para a NCRF 12, e que assim sendo, correspondem:

- Ao risco de contabilidade criativa, por as perdas de imparidade serem menores ao que na realidade são, através de métodos de dissimulação que tentam iludir os destinatários das DF, pelo simples facto de se divulgar que são apuradas perdas por imparidade, este facto não é suficiente para garantir que foram calculadas com honestidade;

- Ao risco de contabilidade criativa, apenas válido nas IFRS (NCRF 12) e não nos US GAAP (Generally Accepted Accounting Principles in the United States) por não ter aplicabilidade, pelo reconhecimento de reversões de perdas de imparidade inapropriadas, ou seja, as entidades podem registar reversões de perdas de imparidade anteriormente reconhecidas, para além das limitações definidas pela norma, sendo uma das limitações correspondente à quantia escriturada que teria sido determinada caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda de imparidade anteriormente.

Devemos contudo esclarecer que em nossa opinião o termo “ contabilidade criativa” é diferente de fraude. Para Fernandes (2012; p 31) existem determinadas práticas contabilísticas que são fraudes, mas nunca poderão ser classificadas como contabilidade criativa, pois esta última ocorre dentro dos princípios contabilísticos geralmente aceites. A fraude constituiu violação às normas e princípios, como por exemplo registar vendas fictícias, antecipar a data da realização da venda, sobreavaliar o stock pelo registo de inventários fictícios. Na contabilidade criativa, existe o aproveitamento da flexibilidade existente nos princípios contabilísticos e normas contabilísticas com vista a alterar a informação divulgada, realçando melhor o impacto dos métodos utilizados para alterar a perceção sobre o desempenho da entidade

Alguns tipos de riscos associados à norma da imparidade de ativos, são:

- o risco de reconhecimento de perdas de imparidade inferiores às devidas, e que implicam os seguintes reflexos das DF: manutenção do ativo e não redução dos resultados;
- o risco de reconhecimento de perdas por imparidade elevadas, influenciado por períodos de crise económica, pode levar a que os ativos das entidades possam entrar inevitavelmente em situações de imparidade. Se assumidas essas potenciais perdas por imparidade, os reflexos podem ser preocupantes, pois provocariam uma redução do ativo e um aumento dos gastos na DR.

Deste último aspeto, podemos realçar a coincidência das consequências negativas em períodos de crise económica, refletidas na diminuição dos resultados líquidos e eventualmente na diminuição do rácio da autonomia financeira, das entidades.

Dada a complexidade da NCRF 12, poderá constituir um meio de manipulação de resultados, quer pelo facto de a entidade não aplicar o normativo, quer pela entidade o aplicar de forma indevida ou incorreta, por exemplo, através da utilização de pressupostos, critérios e métodos de valorização não inteiramente realistas mas sim convenientes para os resultados que se visam obter. Deste modo, verifica-se que a NCRF 12, fez com que o grau de exigência dos SCI aumentasse, e que os revisores de controlo tenham disponível, direta ou indiretamente, todos os conhecimentos necessários para avaliar esta temática e proceder a uma análise minuciosa desta, de forma a concluir se o tratamento valorimétrico e contabilístico aplicado pela entidade conduzem à apresentação de uma posição financeira e de um resultado verdadeiro.

CAPITULO IV - INVENTÁRIOS

4.1- Introdução

Este capítulo tem como objetivo estabelecer a associação entre os procedimentos de controlo interno dos inventários e as normas de contabilidade, tendo em vista saber quais foram os impactos derivados da transição do anterior normativo (POC) para a NCRF 18- Inventários, fazendo abordagem do sistema de inventário permanente e imparidade dos inventários.

4.2- SNC e o controlo dos inventários

O controlo de inventários é realizado através de dois sistemas: sistema de inventário permanente e sistema de inventário periódico.

De acordo com o artigo 12.º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, ficam obrigadas a adotar o sistema de inventário permanente as entidades sujeitam ao SNC e às IAS.

De referir que, embora tal não seja previsto pelo diploma, que a possibilidade de dispensa de contagens no final do ano terá como pressuposto o funcionamento de um adequado sistema de controlo interno, de modo a que os valores dos inventários sejam fiáveis.

O inventário permanente pressupõe ainda uma adequada correspondência entre os itens individuais dos inventários e os registos contabilísticos. As contagens físicas permitem a comparação com os elementos contabilísticos, verificando se existiram quebras, falhas, sobras, entre outros.

O saldo da conta 32 – Mercadorias, deve refletir o montante dos inventários existentes, pois mesmo que se tenham verificado sobras ou quebras, na contagem física dos bens, essas diferenças são sempre alvo dos correspondentes lançamentos, aos quais faz-se a devida referência (Jesus, 2012).

Assim, o SNC enfatiza a par de um adequado sistema de inventário permanente, porque as empresas têm assim ao seu dispor uma informação apropriada e tempestiva sobre a rotação das diversas categorias de inventários e, bem assim, das eventuais situações de obsolescência, informações essas que são fundamentais à avaliação da probabilidade de realização dos inventários e, conseqüentemente, da necessidade de eventuais imparidades a constituir, bem como dar a conhecer as quantidades em *stock*, o respetivo custo e o custo das vendas e dos consumos.

A contabilização dos inventários em sistema permanente configura uma boa prática contabilística e de controlo interno, já que permite apurar o valor dos inventários e dos custos a ele associados, com informação relevante para a gestão e para o processo de prestação de contas.

Ao nível das informações a divulgar nas demonstrações financeiras verifica-se uma maior exigência dos dados quer de natureza geral e qualitativa (pressupostos, políticas e critérios), quer de cariz específico.

43 - Diferenças do SIP (POC e SNC)

A primeira referência ao SIP consta da nota explicativa da classe 3 do POC/77, referindo: “Esta classe servirá para registar, consoante a organização existente na empresa: as compras e os inventários inicial e final; apenas os inventários inicial e final, se se optar pelo funcionamento de conta compras na classe 6; o inventário permanente”. (Guimarães, 2011, p 243).

De duas primeiras alíneas referem-se ao sistema de inventario intermitente ou periódico, sendo que o POC/77 previa a possibilidade de registo das compras, em alternativa, nas contas 3 - Compras e 61-Compras. notar que as

Comparando o mencionado art.º12.º Inventário Permanente do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o SNC, com o POC/89, pela redação dada pelo Decreto-Lei n.º 44/99 e a alteração do Decreto-Lei n.º 79/2003, elaboramos o quadro seguinte:

SNC ART.º12. DO DL15S/2009	POC DECRETOS-LEI N.º 44/99 e 79/2003
1 - As entidades a que seja aplicável o SNC ou as normas internacionais de contabilidade adotadas pela UE ficam obrigadas a adotar o sistema de inventário permanente na contabilização dos inventários, nos seguintes termos: a) Proceder as contagens físicas dos inventários com referência ao final do exercício, ou, ao longo do exercício, de forma rotativa, de modo a que cada bem seja contado, pelo menos, uma vez em cada exercício; b) Identificar os bens quanto a sua natureza, quantidade e custos unitário-, e globais, por forma a permitir verificação a todo o momento, da correspondência entre as contagens físicas e os respetivos registos contabilísticos.	N.º 5 do Anexo ao DL44/99 com a redação do DL79/2003. Capítulo 12, Classe 3 "Existências" do POC a) Quando se utilize o sistema de inventário intermitente, as contagens físicas devem ser efetuadas com referência ao final do exercício b) Quando se utiliza o sistema de Inventário permanente, as contagens físicas devem ser efetuadas: -Com referência ao final do exercício; -Ao longo do exercício, de forma rotativa, de modo que cada bem seja contado, pelo menos, uma vez em cada exercício; c) Os inventários físicos respeitantes as existências devem identificar os bens, cm termos da sua natureza, quantidade e custo unitário. O sistema usado para o inventário permanente deve permitir a verificação da correspondência entre as contagens e os registos contabilísticos
2 - A obrigação prevista no número anterior não se aplica às entidades nele referidas que não ultrapassem, durante dois exercícios consecutivos, dois dos três limites indicados no 11.º 2 do artigo 262 do Código das Sociedades Comerciais, deixando essa dispensa de produzir efeitos no exercício seguinte ao termo daquele período.	Art.º 2 do DL44/99 com a redação do DL 79/2003 2 - As obrigações previstas nas alíneas a), b) e c) do número anterior não se aplicam às entidades nele referidas desde que não ultrapassem, no período de um exercício, dois dos limites indicados no n.º 2 do artigo 262 do Código das Sociedades Comerciais, deixando essa dispensa de produzir efeitos no segundo exercício seguinte, inclusive, aquele cm que os limites sejam ultrapassados.
3 - Cessa a obrigação a que se refere o n.º 1, sempre que as entidades nele referidas deixem de ultrapassar, durante dois exercícios consecutivos, dois dos três limites referidos no n.º 2 do artigo 262.º do Código das Sociedades Comerciais, produzindo esta cessação efeito a partir do exercício seguinte ao termo daquele período.	Art.1.n.º3 do DL44/99 com a redação do DL79/2003 3 - Cessa a obrigação a que se refere a alínea a) do n.º1 sempre que os entidades nele referidas deixem de ultrapassar, durante três exercícios consecutivos, dois dos limites referidos no n.º 2 do artigo 262 do Código das Sociedades Comerciais, produzindo esta cessação efeitos a partir do exercício seguinte ao do termo daquele período.
4 – Ficam também dispensadas do estabelecido no n.º 1 assentadas nele referidas relativamente as seguintes atividades: a) Agricultura, produção animal, apicultura e caça; b) Silvicultura e exploração florestal; c) Indústria piscatória e aquicultura; d) Pontos de venda a retalho que, no seu conjunto, não apresentem, no período de um exercício, volume de negócios superiora € 300000 nem 10% das vendas globais da respetiva entidade.	Art.º1 n.º3 DL44/99com a redação do DL 79/2003 4 - Ficam também dispensadas do estabelecido na alínea a) do n.º 1 as entidades nele referidas relativamente às seguintes atividades: a) Agricultura, produção animal, apicultura e caça; b) Silvicultura e exploração florestal; c) Indústria piscatória e aquicultura; d) Pontos de venda a retalho que, no seu conjunto, não apresentem, no período de um exercício, volume de negócios superiores € 300.000 nem 10%do volume d negócios global da respetiva entidade.
5 - Ficam ainda dispensadas do estabelecido no n.º1na alínea as entidades nele referido cuja atividade predominante consista na prestação de serviços, considerando-se como tais, para efeitos deste artigo, as que apresentem, no período de um exercício, um custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas que não exceda €300.000 nem 20% dos respetivos custos operacionais.	Art.º1n.º 5 do DL44/99com a redação do DL79/2003 5 - Ficam ainda dispensadas do estabelecido na alínea a) do n 1 as entidades nele referidas cuja atividade predominante consista na prestação de serviços, considerando-se como tais, para efeitos deste diploma, as que apresentem, no período de um exercício, um custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas que não exceda €300.000 nem 20% dos respetivos custos operacionais.

SNC ART.º12. DO DL15S/2009	POC DECRETOS-LEI N.º 44/99 e 79/2003
6 - As dispensas previstas na alínea d) do n.º 4 e n.º 5 mantêm-se até ao termo do exercício seguinte àquele em que, respetivamente, as atividades e as entidades neles referidas tenham ultrapassado os limites que as originaram.	Art.º 1 n. 6 do DL 44/99 com a redação do dl 79/2003 6 - As dispensas previstas na alínea d) do n.º 4 e n.º 5 mantêm-se até ao termo do exercício seguinte àquele em que, respetivamente, as atividades e as entidades neles referidas tenham ultrapassado os limites que as originaram.
7 - Não obstante o disposto no número anterior, podem voltar a beneficiar das dispensas previstas na alínea d) do n.º 4 e no n.º 5 as atividades e as entidades neles referidas que deixem de verificar, durante três exercícios consecutivos	Art.º 1. n.º7 do DL44/99com a redação do DL79/2003 7 - Não obstante o disposto no número anterior, podem voltar a beneficiar das dispensas previstas na alínea d) do n.º 4 e no n.º 5 as atividades e as entidades neles referidas que deixem de verificar, durante três exercícios consecutivos

1Quadro 4.1 - Diferenças do SIP (POC e SNC)

Fonte: Elaboração própria

Como podemos constatar no quadro n.º 4.1 apenas se verificam ligeiras alterações no n.º 1 e no n.º 3 do art.º11.º do DL 158/2009, de 13 de julho, relativamente ao n.º 5 do Anexo ao DL 44/99, com a redação do DL 79/2003, pois os restantes n.ºs 2 a 7 são, salvo algumas comoções pontuais de redação, coincidentes, até nos valores limites dos n.ºs 4 e 5⁵.

A diferença entre estes dois clausulados diz respeito à eliminação da referência ao sistema de inventário intermitente ou periódico previsto no POC/89, i.e., o SNC apenas faz referência ao SÍP.

Em suma, do presente ponto desenvolvemos alguns aspetos teóricos do SIP, efetuando algumas comparações entre o POC/89 e os dois diplomas de alteração do DL44/99.

⁵ Chamamos a atenção para a alteração verificada no n.º 2 no que se refere aos prazos que se aplicam a (não) obrigatoriedade de aplicação do SIP. No anterior regime para a aplicação do SIP bastaria a ultrapassagem dos limites num único exercício e para cessar aquela obrigatoriedade, o prazo era de três exercícios. Com o SNC, o prazo para ambas as situações é de dois exercícios.

DL 79/2003 e o SNC, concluímos que, de uma forma geral, se mantêm os procedimentos contabilísticos de implementação do SIP, ou seja, a essência (substância) do SIP do POC/89 e daqueles dois diplomas foi transposta integralmente para o SNC ressalvando-se que, com o SNC, a ligação do SIP à DRF deixou de fazer sentido, uma vez que esta demonstração financeira passou a ser facultativa (opcional) nos termos do n.º 3 do art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o SNC.

Com efeito, concluímos que se mantêm as disposições reguladoras do SIP, nomeadamente no que tange ao âmbito e dispensa de aplicação, com ligeiras alterações, e quanto à organização contabilística e ao seu modo de funcionamento.

4.4 - Controlo das imparidades de inventários

De acordo com a NCRF 18 – Inventários (§ 9), estes devem ser mensurados pelo custo ou pelo valor realizável líquido. Quando o VRL é inferior ao valor do custo dá origem a perdas por imparidade e sempre que o valor for materialmente relevante, esta perda deve ser reconhecida como gasto do período em que ocorre e seja divulgada nas notas. Caso o produto final seja vendido por um valor mais baixo mas a margem prevista ainda é positiva, não é necessário proceder à diminuição do valor dos bens detidos para transformação (§ 32).

Se o custo de aquisição ou de produção fosse superior ao preço de mercado, era este a ser utilizado. Por outras palavras, as existências eram valorizadas ao custo de aquisição/custo de produção ou ao preço de mercado, dos dois o mais baixo, sendo que se este último fosse o mais baixo deveria ser contabilizado o respetivo “ajustamento de existências” pela diferença para esse montante.

De acordo com o disposto da NCRF 18, as perdas são imediatamente reconhecidas e os ganhos serão reconhecidos quando realizados. A compensação de perdas previstas na realização de inventários com ganhos previstos noutros inventários, de acordo com Eduardo Sá Silva (2011), é um inconveniente mais frequentemente identificado no

sistema de controlo dos inventários. Desta forma, é necessário valorizar os inventários numa base individual pelo menor custo (de aquisição ou de produção) e o seu valor realizável líquido, em vez de se proceder a compensações de perdas com ganhos.

Relembrando, valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As estimativas do valor realizável líquido são baseadas nas provas mais fiáveis disponíveis no momento em que sejam feitas as estimativas quanto à quantia que se espera que os inventários venham a realizar. Estas estimativas tomam em consideração as variações nos preços ou custos diretamente relacionados com acontecimentos que ocorram após o fim do período, na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

4.5- Valor Realizável Líquido - Impacto no controlo interno

Segundo o § 9 da NCRF 18, os inventários devem ser mensurados pelo custo (de aquisição ou produção) ou pelo valor realizável líquido (VRL), dos dois o mais baixo. Normalmente é mensurado pelo custo, contudo podem surgir situações, tais como «deterioração física, obsolescência, diminuição do preço de venda, ou aumento dos custos que a entidade prevê suportar, em que o custo dos inventários poderá não ser recuperado tendo de o mensurar pelo valor realizável líquido.

Neste caso, a entidade terá de fazer regularmente no final do ano a comparação entre os dois valores (entre o custo e o valor realizável líquido) e mensurar os inventários pela quantia mais baixa. Esta verificação terá de ser realizada individualmente e em cada período subsequente terá de se fazer nova avaliação.

No POC, o critério adotado na valorimetria de existências, agora inventários, era o custo de aquisição ou de produção, com recurso ao preço de mercado, se este fosse inferior. O preço de mercado seria o custo de reposição em relação aos bens adquiridos para a produção (matérias-primas e subsidiárias) ou o valor realizável líquido a utilizar nos bens para venda (mercadorias ou produtos).

Constatamos que na norma de inventários, nos § 28 a 33 da NCRF 18, são descritas várias situações em que se apela à aplicação do valor realizável líquido. No parágrafo 32, a propósito de materiais e outros consumíveis para uso na produção de inventários (produtos fabricados), é referido que tais materiais não serão reduzidos abaixo do custo se for previsível que os correspondentes produtos acabados sejam vendidos pelo menos ao custo. O mesmo parágrafo menciona que, quando uma diminuição no preço dos materiais constitua uma indicação de que o custo dos produtos acabados excederá o valor realizável líquido, os materiais são reduzidos (*written down*) para o valor realizável líquido.

A prática de reduzir o custo dos inventários (*write down*) para o valor realizável líquido é consistente com o ponto de vista de que os ativos não devem ser escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso. Observa-se assim que a NCRF 18 impõe a obrigatoriedade de reconhecer uma desvalorização nas existências (*write down*) caso o valor realizável líquido seja inferior ao custo.

Não é apropriado reduzir inventários com base numa classificação de inventários como, por exemplo, bens acabados, ou em todos os inventários de um determinado setor ou segmento geográfico.

Em cada período subsequente é feita uma nova avaliação do valor realizável líquido. Quando as circunstâncias que anteriormente resultavam em ajustamento ao valor dos inventários deixarem de existir ou quando houver uma clara evidência de um aumento no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia do ajustamento é revertida (limitada à quantia do ajustamento original) de modo a que a nova quantia escriturada seja o valor mais baixo do custo e do valor realizável líquido revisto. Isto ocorre, por exemplo, quando um item de inventários que é escriturado pelo valor realizável líquido, porque o seu preço de venda desceu, está ainda detido num período posterior e o seu preço de venda aumentou.

4.6- Pontos de contacto entre a NCRF 18 e o controlo interno

O SNC exige que controlo físico dos inventários, além de pressupor uma adequada receção e um correto controlo das saídas, exige também que as mesmas sejam objeto de inventariação ou contagem periódica, qualquer que seja o sistema contabilístico adotado.

Em sistema de inventário permanente os elementos contabilísticos existentes devem permitir que, em qualquer momento, possam ser preparadas demonstrações financeiras sem necessidade de qualquer inventariação para o efeito. No entanto, as contagens físicas continuam a ser fundamentais como forma de certificar a informação contabilística, podendo, neste sistema de inventário, a contagem física anual e global ser substituída por contagens parcelares efetuadas ao longo do ano, evitando as paragens, sempre onerosas, que um inventário global acarreta. Identificar os bens quanto à sua natureza, quantidade e custos unitários e globais, por forma a permitir a verificação, a todo o momento, da correspondência entre as contagens físicas e os respetivos registos contabilísticos é também um pressuposto do SNC relativamente ao sistema de controlo interno.

Os critérios valorimétricos passaram a ser aplicados por grupos de inventário de natureza e uso similar, tal como é previsto nas NCRF18 (paragrafo 23 a 27), ou seja, no caso de produtos idênticos, se adotado o FIFO para o produto A, não se deve adotar o custo médio ponderado para o produto B, ou seja, uma entidade deve usar a mesma fórmula de custeio para todos os inventários que tenham uma natureza e um uso semelhantes para a entidade, deste modo, este princípio de valorização dos inventário é uma mais-valia para o sistema de controlo interno, na medida em que é uniformizada a informação do custeio que fora adotado.

Tal como foi dito anteriormente, à mensuração dos inventários de acordo com o SNC, feita pelo custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, o que significa, na prática, que os inventários não podem ser ajustados para valores superiores ao do custo, apenas podem ser ajustados para valores inferiores. Este é um princípio de acordo

Carlos Martins (2011), fez aumentar no ano da transação do normativo o risco de controlo dos inventários, uma vez que fez aumentar efetivamente os erros relacionados com a valorização do justo valor, naqueles casos em que o mesmo era inferior ao custo, muitas empresas deixavam de valorizar o justo valor.

Relativamente aos custos dos inventários, de acordo Carlos Martins (2011), o princípio dos custos de armazenamento no valor dos inventários teve inicialmente um impacto negativo nos sistemas de controlo interno, uma vez que muitas empresas passaram a incluir os custos de armazenamento no valor dos inventários. No entanto, segundo a NCRF 18 (parágrafos 15 a 18), só os custos relativos ao armazenamento de produtos e trabalhos em curso podem ser incluídos na valorização dos inventários por serem um custo necessário no processo de produção.

O método LIFO foi revogado, sendo apenas possível utilizar o custo específico, o CMP e o FIFO, quer estejamos a falar de entidades regidas pelas IAS, pelas NCRF, pela NCRF-PE ou pela NCM. O IASB, nas bases para conclusões à IAS 2, apresenta os principais motivos contra o uso do LIFO como critério de valorimetria. Assim, nas PME é necessário que os órgãos de gestão e os responsáveis de inventários concentrem a sua atenção nos itens de inventário mais significativos, procedendo a testes por amostragem nos restantes.

CAPÍTULO V- ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS DE GASTOS E PROVISÕES

5.1- Introdução

Neste capítulo, foi abordado nomeadamente a conta 27 - Outras contas a receber e a pagar (especificamente de acréscimos), a conta 28 - Diferimentos e conta 29 Provisões, em que abordamos quais as implicações no controlo interno provenientes da aplicação da NCRF 21 e estrutura conceptual do SNC. Tenta-se de uma forma simples verificar se esta nova realidade contabilística altera ou influência de forma significativa os procedimentos de controlo interno.

5.2- Conta 272 Devedores e Credores por Acréscimos (Periodização Económica)

Segundo as notas de enquadramento do SNC, estas contas registam a contrapartida dos rendimentos e dos gastos que devam ser reconhecidos no próprio período, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita ou despesa só venha a ocorrer em período ou períodos posteriores, ou seja, cumprindo o princípio do acréscimo ou da periodização económica, conforme § 22⁶ da Estrutura Conceptual.

5.2.1- Objetivos de controlo interno nos acréscimos e diferimentos

Os objetivos do trabalho relativo ao controlo dos acréscimos e diferimentos são:

- 1 - os saldos destas contas apresentam ativos ou passivos apropriados relativamente a operações futuras, podendo razoavelmente esperar-se que se venham a concretizar;
- 2 - as transferências para rendimentos ou gastos estão devidamente justificadas pela natureza da operação em causa e se foi cumprido o princípio contabilístico do acréscimo;
- 3 - toda a informação complementar referente aos acréscimos e diferimentos está adequadamente divulgada nas Notas do Balanço e Demonstração dos Resultados.

⁶. § 22 da Estrutura Conceptual - A fim de satisfazerem os seus objetivos, as demonstrações financeiras são preparadas de acordo com o regime contabilístico do acréscimo (ou da periodização económica). Através deste regime, os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (e não quando caixa ou equivalentes de caixa sejam recebidos ou pagos) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As demonstrações financeiras preparadas de acordo com o regime do acréscimo informam os utentes não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também as obrigações e pagamento no futuro.

5.2.2- Procedimentos de controlo dos acréscimos e diferimentos

Os procedimentos de controlo são as ferramentas que a gestão da empresa utiliza para atingir objetivos previamente fixados. Os procedimentos de verificação das contas a receber e a pagar são bastante importantes.

Os procedimentos a aplicar, assim como a altura da sua aplicação, dependem da eficiência do controlo interno e da materialidade envolvida. Entretanto, podendo citar, entre outros, alguns procedimentos ilustrativos que poderão ser utilizados durante a execução dos trabalhos de controlo à rúbrica das contas a receber e a pagar:

Para atingir-se os objetivos de controlo interno relacionados com os acréscimos e diferimentos, são aconselháveis as seguintes verificações:

- o auditor/ revisor de controlo deve comparar os saldos atuais com os existentes no final do período anterior e verificar se a empresa aplicou, no período corrente, políticas contabilísticas consistentes com as do período anterior;
- os aumentos significativos ocorridos durante o período em análise deverão ser confirmados através de faturas de terceiros, notas de honorários, guias de pagamento das finanças (IMI), contratos, atas dos órgãos sociais ou outros documentos existentes e fidedignos;
- é importante confirmar os cálculos aritméticos referentes a duodécimos de seguros, juros, impostos, entre outros;
- se possível efetuar uma circularização às companhias de seguros a confirmar quais as apólices que a entidade possui, bem como prazo de validade das mesmas;
- a conta de ativos por impostos diferidos deve ser reapreciada no final de cada período, à data do balanço, para se verificar as diferenças temporárias subjacentes aos mesmos no sentido de os continuar a reconhecer como tal, ou pelo contrário, ajustá-lo por contrapartida dos resultados, face à expectativa existente na sua recuperação no futuro.

Para garantir uma correta análise dos acréscimos e diferimentos, tanto de gastos como de rendimentos, dever-se-á, primeiramente, verificar a consistência das políticas

contabilísticas relativamente ao exercício anterior e verificar o suporte de quaisquer adições efetuadas.

Da pesquisa que realizámos, verificámos que os acréscimos de gastos podem por vezes ser descurados, ao ponto de não serem feitos, ou de não serem revertidos após o devido pagamento nos períodos seguintes. Esta situação era bastante evidente quando os gastos se referiam a rendas, ou gastos periódicos e de fácil estimativa, como é o caso das contas de água ou eletricidade. Identificar este tipo de situações poderá, contudo, tornar-se numa tarefa difícil, na medida em que para valores que não sejam fixos, é difícil identificar padrões nos extratos das contas de gastos que permitam verificar se existem ou não acréscimos a fazer.

5.3- Provisões

Esta conta serve para registar as responsabilidades cuja natureza esteja claramente definida e que à data do balanço sejam de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência (NCRF21) - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

As suas subcontas devem ser utilizadas diretamente pelos dispêndios para que foram reconhecidos, sem prejuízo das reversões a que haja lugar. Portanto, provisão é um passivo de tempestividade ou quantia incerta, isso é:

- incerto quanto ao momento concreto da ocorrência da obrigação;
- incerto em relação à quantia necessária para fazer face à obrigação.

5.3.1- Procedimento de controlo de provisões

No caso específico das provisões, o auditor/revisor de controlo deve (Baptista da Costa, 2010, p.631):

- rever as políticas contabilísticas adotadas pela entidade;
- verificar se a base da operação aritmética subjacente a cada provisão é adequada;
- investigar, através da documentação respetiva, se os dados introduzidos no cálculo de cada uma das provisões são adequados;

- analisar as operações subsequentes à data do controlo a fim de verificar se estarão contabilizadas ou por contabilizar, após aquela data, despesas que digam respeito ao período em análise e que, pela sua natureza, devessem ter sido provisionadas;
- testar a exatidão dos cálculos efetuados e determinar as quantias escrituradas de alguns ativos e passivos que exigem a estimativa dos efeitos de acontecimentos futuros incertos nesses ativos e passivos no fim do período de relato⁷;
- rever e analisar cuidadosamente toda a informação contida nas respostas às várias circularizações⁸ efetuadas (bancos, clientes, fornecedores, locadoras e seguradoras);
- solicitar diretamente a advogados e outras entidades da informação sobre cobranças em curso, litígios ou ações judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida; e
- realizar procedimentos analíticos (comparar os saldos em relação ao ano anterior), a fim de declarar variações significativas e, se existirem, as respetivas razões.

Das provisões mencionadas na NCRF 21, deverá o responsável do SCI dar uma redobrada atenção, pela materialidade dos valores geralmente envolvidos, à criação das provisões para reestruturação.

Para este tipo de provisões é necessária uma abordagem prudente, tal resulta de abusos verificados em várias empresas pelo mundo fora os novos (ou os atuais) gestores constituíam significativas provisões para reestruturações e, posteriormente, anulavam parcelas significativas dessas provisões criando lucros fictícios e, com isso, obtendo vantagens pessoais em termos de opções sobre ações, bónus e reconhecimento.

⁷ IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras – Estrutura e Conteúdo – Fontes da incerteza das estimativas.

⁸ Diretriz de Revisão/Auditoria (DRA) 505 – Confirmações Externas.

5.4- Impactos da NCRF 21 nos procedimentos de controlo interno

A adoção do SNC implicou uma alteração de mentalidade no que diz respeito à forma de pensar o relato financeiro e à própria contabilidade, mas ao nível do controlo interno nomeadamente nos trabalhos e procedimentos a efetuar na área das provisões e contingências, a adoção da NCRF 21 não vem trazer grandes mudanças, até porque as principais alterações decorrentes da adoção da IAS 37 foram já absorvidas pelo anterior normativo, o POC, aquando da publicação do Decreto-Lei n.º 35/2005. Com a NCRF 21, os erros mais frequentes relacionados com as provisões são:

➤ **A mesma posição mantida relativamente ao reconhecimento**

Naqueles casos, em que anos anteriores não fossem constituídos/reconhecido uma provisão para uma liquidação adicional de impostos e que está a ser contestada pela entidade. Muitos preparadores de informação financeira cometiam o erro de manter a mesma posição no reconhecimento. De acordo com NCRF 21, provisão é uma estimativa contabilística, sujeita a alterações, neste caso, por evolução da aplicação e interpretação da norma, entre outras possíveis causas. Assim, dado o excessivo inconveniente de cálculos, havia sempre a necessidade de incluir no SCI pressupostos de análise de reconhecimento da provisão, tendo em conta os dados atuais, ou, desconhecer a provisão se considerarem que a perda já não é provável.

➤ **Erro de reconhecimento**

Muitas empresas no ato do reconhecimento de uma provisão relativa a um processo judicial de anos anteriores contabilizavam-na nos resultados transitados. Segundo a norma, caso se considere que o reconhecimento, este ano é consequência de alteração de estimativa contabilística, a contrapartida será os gastos do exercício. Se considerarmos que a provisão deveria ter sido reconhecida em anos anteriores, estamos perante um erro, devendo-se efetuar a aplicação retrospectiva.

CAPÍTULO VI - METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo será explicado o método de trabalho adotado, assim como são apresentados os objetivos do estudo e as questões de investigação. É também descrita a forma utilizada na recolha dos dados e os critérios definidos para constituir a amostra em estudo, bem como, a metodologia de análise.

6.1- Definição da amostra

A amostra deste estudo foi extraída da listagem das PME identificadas pelo IAPMEI, em 2012, sendo constituída por vinte e nove entidades com as seguintes características:

- O critério de escolha das PME em análise foi de acordo com a definição europeia do Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, no qual são consideradas PME, aquelas que empregam menos de 250 trabalhadores efetivos e não ultrapassam 50 milhões de euros do volume de negócio ou com balanço total menor ou igual a 43 milhões de euros.
- Em termos de data, foi considerada a última informação do ano 2009, por corresponder ao ano de transição do anterior normativo POC para o SNC, esta situação permite obter a posição das PME que estavam naquela data a enfrentar a conversão do normativo POC para o atual normativo Português.
- Em termos de amplitude da amostra, foram selecionadas 29 empresas num universo de 43 empresas, pelo facto das escolhidas possuírem características idênticas à maior parte das entidades que adotaram o SNC a partir de 1 de Janeiro de 2010.

Nº	PME Portuguesas	
	Nome	Actividade
1	COMPACTA equipamento e serviço de informática, S.A	Prestação de serviço em Tecnologia da Informação,
2	EDNORTE, S.A	Construção civil e obras públicas
3	LizGráfica, S.A	Impressão e artes gráficas
4	Oliveira & Irmãos, S.A	Comercialização de equipamentos sanitários
5	Adi, agência de inovação, S.A	Promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico
6	Phagecon, S.A	Prestação de serviço SECTOR FARMACÊUTICO
7	Valor pneu, S.A	Gestão de pneus
8	SIBS FORWARD PAYMENT SOLUTIONS, S.A	desenvolvimento de actividades e funções nas áreas de processamento de pagamentos electrónicos e Câmara de Compensação.
9	ACP, Automóvel Club de Portugal, S.A	Prestação de serviço,
10	Chagas, S.A	Serviço de ranhurar tubos
11	Lena Abrantina Imobiliária S.A	Imobiliária
12	Inova - EEM, S.A	gestão e exploração dos sistemas de abastecimento público de água
13	FHC, FARMACÊUTICA S.A	Actividade Farmacêutica
14	MARL, S.A	abastecimento grossista de produtos agro-alimentares
15	Docapesca Porto e Iotas, S.A	Pescas
16	Águas do Nordeste, S.A	Abastecimento de água
17	Miguel...	Abastecimento de água

20	PME Sociedade de investimento, S.A	Financiamento de PME
21	Norgarante, garantia mútua, SA	Facilitar créditos a PME
22	FamiGeste SGPS, S.A	gestão de participações sociais
23	Sanest, saneamento da costa Estoril, S.A	Acessoria de sistema de saneamento
24	Água de cascais, S.A	Concessionário sistema de distribuição de água
25	Sata, Air açores, S.A	Transporte
26	Ceito, Consultoria de Gestão, S.A	Prestação de serviço em consultoria
27	Primus, Promoção e Desenvolvimento Regional S.A	consultoria para os negócios e para a gestão.
28	Impresa, Sociedade gestora de participações sociais	Prestação de serviço
29	COSEC, companhia de seguros de créditos, S.A	Seguros

2Quadro 6.1 - Entidades que constituem a amostra

Fonte: Elaboração própria

Embora as empresas seleccionadas na amostra sejam consideradas como PME segundo as recomendações da Comissão Europeia e pelo Decreto-Lei n.º 372/2007, na realidade em termos de SNC estas são consideradas como médias empresas, uma vez que não cumprem os critérios de pequenas entidades estabelecido pela Lei n.º 20/2010. No entanto, para o presente estudo, quando nos referimos a PME estamos sempre a adotar a definição da Comissão Europeia expressa na Recomendação 2003/361/CE e na legislação nacional, mais concretamente no Decreto-Lei n.º 372/2007. A escolha das demonstrações financeiras referentes a esta data (31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011) prende-se com o facto de se pretender comparar os números divulgados por estas empresas sob os dois normativos (POC e SNC).

Tendo em atenção a obrigatoriedade destas empresas adotarem o SNC para a elaboração das suas contas a partir do ano de 2010, bem como a obrigatoriedade de refazerem as demonstrações financeiras do ano anterior sob o novo normativo, constata-se que, as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2009 são apresentadas sob os dois normativos, o que permite a comparação fiel entre os mesmos, uma vez que a realidade subjacente aos números apresentados nas demonstrações financeiras é a mesma.

Toda a informação encontrava-se no formato PDF, tendo sido as demonstrações financeiras das 29 empresas inseridas num ficheiro Excel para facilitar a inserção de dados no programa informático Gretil.

6.2 - Metodologia de Tratamento de Dados

Esta investigação inicia-se com pesquisa dos dados financeiros das entidades e ano selecionado, nomeadamente, na análise das variações em termos de Balanço e Demonstração de Resultados, antes e após a adoção do SNC. De seguida, temos de recorrer às notas do ABDR, para detetar as variações das perdas por imparidade de ativos, inventários, provisões e, em particular, nas notas que dizem respeito aos impactos da adoção do SNC.

Assim, para efeitos da análise desta investigação, as variáveis quantitativas definidas para a pesquisa, são:

- valor do ativo do Balanço;
- valor do volume de negócios;
- valor dos inventários;
- valor dos diferimentos de gastos;
- valor das perdas por imparidade e provisões.

Para a análise, foi utilizada como variável dependente em cada uma das variáveis quantitativas, a variável POC e, foi assumida em todas as variáveis quantitativas a variável SNC como independente.

Para responder à primeira questão de investigação, vamos utilizar testes estatísticos. Como se trata de variáveis quantitativas temos que decidir entre testes de significância dos paramétricos e não paramétricos, para sabermos se existe ou não uma boa correlação entre a resposta e a variável explicativa.

⁹ O teste estatístico de Wilcoxon é um teste não paramétrico que é indicado para analisar diferenças entre duas amostras, em alternativa ao teste t, nas situações em que os dados não respeitam a lei normal.

Para a utilização de testes paramétricos temos de garantir a normalidade dos dados, caso contrário teremos de utilizar testes não paramétricos. Para analisar a normalidade vamos utilizar o teste de Doornik-Hansen ou do teste de Shapiro-Wilks, e caso as variáveis não seguirem uma distribuição normal, utilizaremos a estatística teste Wilcoxon⁹ (Wilcoxon Signed Rank Test).

Será assumido um nível de significância de 5% correspondendo a um nível de confiança de 95%. Os testes estatísticos são realizados no programa informático GRETIL.

Será utilizado ainda o Método dos Mínimos Múltiplos Quadrados com regressão de variável explicativa Dummy, a codificação por meio de Dummy é uma das formas de usar variáveis qualitativas em estimação de modelos.

No modelo adotado, as variáveis Dummy estão relacionadas com o controlo interno sob metodologia constituída na avaliação das informações constantes das divulgações, estas indicam presença ou ausência de correlação com a variável independente/explicativa (SNC), deste modo as variáveis originais são transformadas em artificiais assumindo valores de 0 ou 1, onde zero indica ausência de correlação e um a sua presença.

Assim, as variáveis explicativas Dummy para cada variável quantitativa são:

Imparidades:

- **Dm₁** - Divulgação em Notas das políticas usadas para os testes de imparidade aos ativos identificados;
- **Dm₂** - Divulgação por classes das quantias das perdas e reversões por imparidade reconhecidas nos resultados;
- **Dm₃** - Consistências das estimativas realizadas e rigorosidade nos cálculos;
- **Dm₄** - No caso de perda material por imparidade foram divulgados nas Notas os acontecimentos e circunstâncias que conduzem o acontecimento.

Inventários:

- **Dm₁** - Divulgação nas Notas das políticas contabilística adotadas na mensuração dos inventários;
- **Dm₂** - Divulgação nas Notas das fórmulas de custeio e o sistema de inventário;

- **Dm3.** Divulgação das quantias escrituradas detidas em diferentes classificações de inventários.

Diferimentos de gastos:

- **Dm1.** Informação transparente relevantes para comparar os saldos atuais com os existentes no final do período anterior e aplicação no período corrente, políticas contabilísticas consistentes com as do período anterior;
- **Dm2-** Toda a informação complementar referente aos acréscimos e diferimentos está adequadamente divulgada nas Notas do Balanço e Demonstração dos Resultados;
- **Dm3-** As transferências para rendimentos ou gastos estão devidamente justificadas nos ABDR pela natureza da operação com causa e se foi cumprido o princípio contabilístico dos acréscimos.

Provisões:

- **Dm1** - Foram apresentadas políticas contabilísticas adotadas pela entidade foram apresentadas nas Notas, nomeadamente;
- **Dm2** - Divulgação nas Notas das DF da quantia escriturada no começo e no fim do período;
- **Dm3** - São declaradas as variações significativas e, se existem, as respetivas razões, a fim de se poder comparar os saldos em relação ao ano anterior.

Para dar resposta a segunda questão de investigação relativamente aos impactos da adoção do SNC ao nível de práticas contabilísticas no controlo interno, foi calculado o índice de conservadorismo de Gray proposto por S. J. Gray (1980), deste modo, podemos perceber com os resultados do teste, se o SNC tem ou não subjacentes práticas contabilísticas mais conservadoras do que o POC.

Esta metodologia tem sido amplamente utilizada, tanto em estudos mais antigos, como Adams *et al.* (1993), Hellman (1993), Norton (1995), Weetman *et al.* (1998) e Adams *et al.* (1999), como em estudos mais recentes, nomeadamente nos estudos de Bertoni e De Rosa (2006), Tsalavoutas e Evans (2007), e Machado (2012). A análise dos mesmos

carece, no entanto, de cuidado, uma vez que é necessário ter sempre presente qual a definição de conservadorismo adotada em cada estudo.

Uma simples definição indica que os contabilistas expressam conservadorismo em regra, antecipando nenhuns proveitos, mas antecipando todas as perdas, ou seja, baseia-se na premissa de “nunca antecipar lucros e sempre prever possíveis prejuízos.

O índice de Gray (1980) foi adaptado de forma a expressar a relação entre várias rubricas sob POC e sob SNC, com o intuito de aceder a um indicador neutro do comportamento de empresas que adotam diferentes normativos. Para cada rubrica de cada empresa foi calculado o índice de Gray da seguinte forma:

$$1 - [(\text{rubrica em SNC} - \text{rubrica em POC}) / \text{rubrica em SNC}]$$

Será calculado o índice para cada empresa usando a fórmula indicada e depois será preparada a distribuição das frequências. Os rácios são classificados em 9 categorias de muito conservador ou categoria pessimista (com rácios <0.50 no caso do total de ativos e volume de negócios; e com rácio > 1.50 no caso do passivo) a pouco conservador ou categoria otimista (com rácio > 1.50 nos casos do ativo e volume de negócios; e com rácio <0.50 no caso do passivo). De forma a permitir alguma tolerância ou categoria neutra, pareceu-nos apropriado considerar o grupo neutro para rácios de 0.95 a 1.05.

CAPITULO VII - RESULTADOS

7.1- Introdução

Ao longo deste capítulo serão apresentados os resultados das análises realizadas às rubricas do balanço e da demonstração de resultados. Primeiro será apresentada a caracterização das empresas em estudo através da utilização de estatísticas descritivas e depois os resultados das questões de investigação através dos testes estatísticos mais adequados. Após apresentar os resultados do estudo empírico, vamos efetuar a discussão dos resultados apresentados. Primeiro vamos justificar e explicar os resultados do estudo, sendo que depois serão relacionados com os resultados dos testes relativos às práticas contabilísticas, o que levar-nos-á à conclusão dos impactos do atual normativo contabilístico no controlo interno podendo assim comparar com a opinião de outros autores.

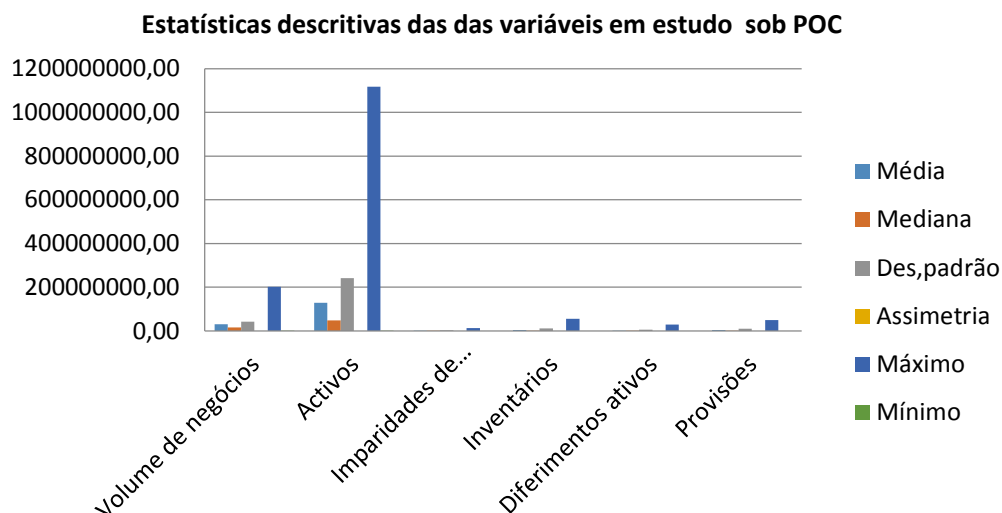
7.2- Caracterização das Empresas em Estudo

De seguida, vamos analisar as rubricas agregadas do balanço e demonstração de resultados, (volume de negócios, total de ativos, imparidades, inventários, diferimentos e provisões) das 29 PME em estudo, que são apresentadas na tabela seguinte para o ano de 2009. As estatísticas descritivas relativas à totalidade das variáveis sob POC são apresentadas na tabela 7.1, em detalhes no anexo1.

Rúbrica	Total (Euros)	Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desv. Padrão	Assimetria	Máximo (Euros)	Mínimo (Euros)
Volume de negócios	625.826.496	30.072.496	16.005.541	42297.350	1	202.502.945	12.010
Ativos	2745.23.1362	128.218.750	47.350.917	241.003.303	1,01	1.117.396.888	294.833
Imparidades de ativos	20.992.829	807.417	87.027	2.636.544	0,82	13.323.463	0
Inventários	111.182.872	3.786.341	182.056	11.890.279	1.01	55.483.035	0
Diferimentos de gastos	36.727.201	1.337.334	89.313	5.442.884	0.69	28.965.332	0
Provisões	121.759.549	4.398.353	148.671	10.289.739	1.24	49.310.841	0

3Quadro 7.1 - Estatística descritiva das rubricas do Balanço e DR sob POC 2009

Fonte: Elaboração própria



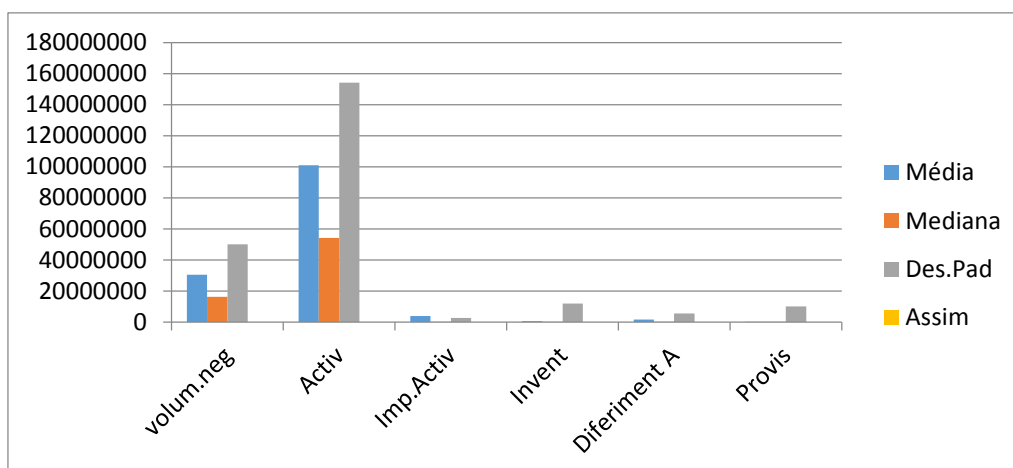
1Figura 7.1 - Estatística descritiva das variáveis explicativas sob POC

As estatísticas descritivas relativas à totalidade das variáveis sob SNC são apresentadas para os anos de 2010 e 2011 na tabela 7.2 e especificada no anexo1 (valores em euros).

Rúbrica	Média (euros)		Mediana (euros)		Desvio Padrão		Assimetria	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Volume de negócios	30.554.993	30.051.317	16.344.244	17.265.963	50.142.253	46.880.924	0.85	0.82
Ativos	100.970.438	100.531.004	54.150.811	50.044.706	154.201.314	157.749.677	0.91	0.96
Imparidades de ativos	618.529	6.201.024	87.027	76.676	2.636.544	2.023.436	0.82	0.80
Inventários	3.786.341	3.452.322	182.056	160.937	11.890.279	9.942.128	0.91	0.99
Diferimentos de gastos	1.337.334	363.727	89.613	51.703	5.442.884	698.474	0.96	1.34
-Provisões	4.281.971	3.920.562	37.253	46.672	10.153.688	10.321.603	1.25	1.13

4Quadro 7.2 - Estatística descritiva das rubricas agregadas do Balanço e DR sob SNC 2010 e 2011

Fonte: Elaboração própria



2Figura 7.2 - Estatística das variáveis em estudo sob SNC

7.3- Análise estatística e discussão de resultados

Após ser testada a normalidade, verifica-se que praticamente todas as variáveis seguem a distribuição normal, os resultados dos testes não paramétricos de aderência à normalidade Shapiro-Wilks e o teste de Doornik-Hansen são apresentados no anexo 3. Em todas as variáveis explicativas existe correlação estatisticamente significativa para um nível de significância de 5% conforme os anexos 2. Pretende-se então com a utilização destes testes verificar se o valor de cada rúbrica é igual com a aplicação de ambos os normativos.

Feito os testes, as rúbricas que apresentam variações significativas como resultado da alteração de POC para SNC, observamos que as demonstrações financeiras das empresas Portuguesas seleccionadas para a amostra, refletem os seguintes aumentos (SNC > POC) e diminuições (POC > SNC):

➤ **Volume de negócios** – Verifica-se um aumento;

➤ **Diferimentos de gastos**

Verifica-se uma diminuição, decorrente da anulação de custos plurianuais diferidos que não se qualifiquem como ativos, são também reduzidos os réditos suportados por contratos condicionais ou revogáveis.

➤ **Provisões**

O impacto nesta rubrica é a redução do montante das provisões e aumento das divulgações para ativos e passivos contingentes, na medida que ao nível das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, o SNC ao invés do que acontecia no POC aborda com clareza os critérios para a constituição das provisões, define o conceito de passivos contingentes e ativos contingentes e estabelece as condições que ambos necessitam de cumprir para serem divulgados nas Notas. Outra alteração relaciona-se com a impossibilidade de classificar qualquer rubrica como extraordinária.

➤ **Inventários**

Verificamos que as empresas apresentam diversas variações. Tal pode ser explicado pela definição de critérios de reconhecimento e mensuração constantes nas NCRF, distintos dos permitidos em POC, nomeadamente pela eliminação da opção pelo método LIFO, pelo reconhecimento de imparidades e da contabilização dos contratos de construção, ou seja, a NCRF 19 – Contratos de Construção, elimina o método da obra acabada, obrigando à aplicação do critério da percentagem de acabamento, tendo como efeito esperado uma diminuição do valor dos inventários.

➤ **Imparidade**

O impacto passa pela redução por imparidade do valor líquido de alguns ativos, pela opção na mensuração subsequente ao custo histórico ou ao justo valor (revalorização) e ainda a possibilidade de alterações de vidas úteis e adoção de amortização por componentes.

De acordo com os testes de regressão com variáveis explicativas Dummy (representados em detalhe nos anexos 3), os sinais dos R-quadrados ajustados são estatisticamente significativos na investigação ($> 5\%$), de destacar também, que os valores-P são usados na análise, cujo pressuposto é selecionar as variáveis categóricas Dummy com nível de significância (valor-P < 5) e relaciona-los deste modo com os coeficientes. Assim, os coeficientes no modelo representam o nível de correlação das variáveis categóricas Dummy com a variável independente SNC e, estes levaram-nos a concluir efetivamente

que, os impactos do SNC no controlo interno sob metodologia constituída na avaliação das informações constantes das divulgações, em cada uma das variáveis em estudo foram:

- relativamente às variáveis diferimentos, os resultados do teste Dummy demonstram que as categorias Dummy 1 e Dummy 2 foram as que mais tiveram impactos significativos no modelo com coeficientes de 50% e 70% respetivamente, ou seja, com o SNC, o impacto foi mais significativo na informação transparente relevantes para comparar os saldos atuais com os existentes no final do período anterior e aplicação no período corrente e, para comparar as políticas contabilísticas consistentes com as do período anterior;
- para as provisões, verifica-se com os resultados dos testes de regressão Dummy, que a categoria Dummy 1 foi a que teve maior valor significativo de coeficiente, o que significa que as empresas cumprem com os dispostos das NCRF 21 relativamente a divulgação nas Notas das políticas contabilísticas adotadas, nomeadamente os cálculos para cada provisão;
- relativamente à variável inventários, tiveram destaque as categorias Dummy 2 e Dummy 3 com coeficientes de 29% e 31% respetivamente, ou seja, os resultados demonstram que os inventários das empresas em análise tiveram impactos significativos relativamente à qualidade das divulgações nas Notas, a divulgação das fórmulas de custeio, o sistema de inventário e a divulgação das quantias escrituradas detidas em diferentes classificações de inventários e;
- nas imparidades, os resultados demonstram que a categoria Dummy 4 teve maior correlação com o SNC, o que significa que a NCR12 contribui efetivamente no impacto positivo ao controlo interno, na medida que há mais consistência das estimativas realizadas e rigorosidade nos cálculos, bem como nas políticas usadas para os testes de imparidade aos ativos identificados que tornaram-se mais coerentes.

Agora, com o objetivo de dar resposta à segunda questão de investigação, serão apresentados os resultados da aplicação do índice de conservadorismo de Gray com o qual pretendemos melhor interpretar o impacto da transição ao nível destas rúbricas.

Note-se que a hipótese é quase sempre conservada neste teste em virtude da pouca variabilidade da amostra. Como se trata de um índice, os valores estão sempre muito próximos da unidade, o que dificulta a aplicação de um teste estatístico adequado. O que se verifica neste caso é que, ainda que existam alguns valores do índice de Gray consideravelmente afastados da unidade, isto é, valor inferior a 0.95 ou superiores a 1.05, esse afastamento é muito reduzido quando falamos da aplicação de um teste estatístico para a média de uma amostra.

Índice de conservadorismo de Gray	$1 - [(\text{rubrica em SNC} - \text{rubrica em POC}) / \text{rubrica em SNC}]$			
	Volume negócios		Ativos	
	nº de emp	%	nº de emp	%
I. < 0,50	2		1	
II. ≥ 0,50 & < 0,75	3		2	
III. ≥ 0,75 & < 0,94	13		13	
Pessimista (< 0,95)	18	62	16	55%
IV. ≥ 0,95 & ≤ 0,99	3		3	
V. = 1	1		0	
VI. ≥ 1,01 & ≤ 1,05	1		4	
Neutro (≥ 0,95 & ≤ 1,05)	5	17	7	24%
VII. ≥ 1,05 & < 1,25	4		4	
VIII. ≥ 1,25 & < 1,50	1		1	
IX. ≥ 1,50	1		1	
Optimista (> 1,05)	6	21	6	21%
Total de empresas	29	100	29	100%

5Quadro 7.3 - Distribuição de frequências segundo o índice de Gray para volume de negócios e ativos

Fonte: Elaboração própria

Relativamente às rúbricas total dos ativos e volume de negócios, verificamos que a categoria neutra de conservadorismo regista 17% e 24% das empresas respetivamente, e que a categoria pessimista regista 62% e 55% das empresas para o ativo total e volume de negócios respetivamente, o que nos permite concluir que relativamente estas rúbricas agregadas, a alteração de normativos teve impacto ao nível das práticas contabilísticas

no ano de 2009 à 2010, ou seja, no momento da transição do normativo POC para SNC, não se fez postura prudente por parte dos utentes da informação financeira.

Na tabela seguinte são apresentados os resultados da distribuição de frequências segundo o índice de Gray para as rubricas agregadas do passivo. Continuamos a verificar uma maior concentração de empresas na categoria de pessimista.

1 – [(rubrica em SNC – rubrica em POC) / rubrica em SNC]	Totap passivo	
	Nº emp	%
I. < 0,50	3	
II. ≥0,50 & < 0,75	6	
III . ≥0,75 & < 0,94	6	
Pessimista (< 0,95)	15	52%
IV. ≥ 0,95 & ≤ 0,99	0	
V. =1	0	
VI. ≥ 1,01 & ≤ 1,05	10	
Neutro (≥0,95 & ≤1,05)	10	34%
VII. >1,05 & < 1,25	1	
VIII. ≥1,25 & < 1,50	1	
IX. ≥ 1,50	2	
Optimista (> 1,05)	4	14%
Total de empresas	29	100%

6Quadro 7.4 - Distribuição de frequências segundo o índice de Gray para os Passivos

Fonte: Elaboração própria

No caso dos passivos totais volta existir uma elevada concentração de empresas nas categorias de conservadorismo pessimista (52%), e também com uma distribuição bastante desequilibrada entre esta mesma categoria com a categoria otimista (14%). Esta análise permitindo-nos concluir que relativamente aos passivos existe uma tendência para as categorias pessimistas, o que indica existir uma tendência expressa para práticas contabilísticas mais conservadoras em SNC.

CAPITULO VIII - CONCLUSÃO DO ESTUDO

8.1- Conclusão

Esta dissertação de mestrado assumiu como objetivo principal compreender quais os impactos do SNC no controlo interno das pequenas e médias empresas portuguesas. Era nossa intenção, pesquisar os impactos mais relevantes da conversão para o normativo SNC nomeadamente da norma das imparidades, inventários, acréscimos e diferimentos e provisões.

Realizou-se em primeiro lugar uma revisão de literatura. Sobre os impactos do SNC, apresentaram-se perspetivas de diversos autores que defendem que o SNC teve um impacto positivo na informação financeira das PME portuguesas.

O trabalho empírico envolveu o desenvolvimento de duas escalas no sentido de obter resposta as questões de investigação. Deste estudo empírico retiraram-se alguns resultados. Em primeiro lugar foram analisadas as DF de pequenas e médias empresas portuguesas reportadas a 31 de dezembro de 2009 (balanço de fecho) e a 01 de janeiro de 2010 (balanço de abertura) com o objetivo de testar a nossa primeira hipótese de investigação, ou seja, tentou-se perceber se houve de facto melhorias na qualidade das DF's das empresas (mais transparência e coerência dos registos contabilísticos), para efetivamente concluir-se que houve melhorias no SCI.

Para dar credibilidade a análise, aplicamos o teste do Método dos Mínimos Múltiplos Quadrados com regressão de variável explicativa Dummy. No modelo adotado, as variáveis Dummy foram relacionadas com o controlo interno sob metodologia constituída na avaliação das informações constantes das divulgações. De destacar ainda a luz do teste Dummy, que a qualidade da divulgação das informações contabilísticas do SNC teve uma particular importância no âmbito do controlo interno visto que representa uma das principais formas de comunicação das entidades com os utentes externos.

Os resultados do teste Dummy permitiram-nos concluir que a aplicação do SNC tem um impacto elevado nas empresas portuguesas, nomeadamente no incremento da qualidade do controlo interno, na medida em que aumentou a comparabilidade,

compreensibilidade e transparência das divulgações financeiras e incremento da qualidade das DF's.

Relativamente as imparidades, o teste Dummy comprova que há mais consistência das estimativas realizadas e rigorosidade nos cálculos, bem como nas políticas usadas para os testes de imparidade aos ativos identificados que tornaram-se mais coerentes, de realçar ainda que os pontos de contacto detetados entre os fundamentos de controlo interno e da Norma de Imparidade de Ativos (NCRF 12), são: a fiabilidade e integridade da informação financeira, a salvaguarda dos ativos e a conformidade com as leis e regulamentos.

No que se refere aos inventários, o teste Dummy dá-nos evidência para concluir que o SNC teve um impacto significativo no controlo dos inventários, houve impactos significativos relativamente à qualidade das divulgações nas Notas, a divulgação das fórmulas de custeio, o sistema de inventário e a divulgação das quantias escrituradas detidas em diferentes classificações de inventários. De referir também que o SNC exige que o controlo físico dos inventários, além de pressupor uma adequada receção e um correto controlo das saídas, exige também que as mesmas sejam objeto de inventariação ou contagem periódica, qualquer que seja o sistema contabilístico adotado. Os critérios valorimétricos passaram a ser aplicados por grupos de inventário de natureza e uso similar, tal como é previsto nas NCRF18.

Ao nível dos procedimentos de controlo a efetuar na área das provisões, de acordo com o teste Dummy conclui-se que as empresas cumprem com os dispostos das NCRF 21 relativamente a divulgação nas Notas das políticas contabilísticas adotadas, nomeadamente os cálculos para cada provisão, conclui-se ainda que a adoção da NCRF 21 não vem trazer grandes mudanças, até porque as principais alterações decorrentes da adoção da IAS 37 foram já absorvidas pelo anterior normativo, o POC, aquando da publicação do Decreto-lei n.º 35/2005.

No que tange aos diferimentos de gastos, os resultados do teste Dummy evidenciaram impactos significativos na informação transparente relevantes para comparar os saldos

atuais com os existentes no final do período anterior e aplicação no período corrente e, para comparar as políticas contabilísticas consistentes com as do período anterior.

Finalmente, para testar a nossa segunda hipótese de investigação e, efetivamente dar resposta a segunda questão de investigação, efetuamos o teste sobre o conservadorismo de práticas contabilísticas. Perante os fatos conclui-se que a nossa amostra de PME apresenta práticas contabilísticas mais conservadoras com especial destaque nos passivos. O facto de o SNC ser baseado em princípios e não em regras não foi efetivamente objeto de relevância do princípio da prudência de acordo com os dispostos da Estrutura Concetual no momento da transição do normativo, um dos motivos foi a complexidade de algumas normas que envolvem estimativas nomeadamente a NCRF12 e por outro, a adversão à mudança com os dispostos do SNC relativamente às práticas mais conservadoras. Deste modo, fez com que os utentes da informação financeira aumentassem grau de exigência na avaliação da razoabilidade das DF's em momentos de incerteza, para garantir assim a coerência de práticas contabilísticas bem como integridade da informação financeira, o que efetivamente influencia positivamente nos procedimentos do controlo interno contabilístico.

Conclui-se também que SNC privilegia pouco algumas normas e contas (principalmente as que envolvem estimativas) o princípio da prudência, como por exemplo a NCRF 21 (PROVISÕES), em que tornou-se mais difícil de serem criadas reservas ocultas (provisões excessivas) e, evidencia-se de forma mais clara de controlar situações que se podem constituir provisões.

Diante dos factos, foi atingido o objetivo geral deste trabalho no momento em que foram demonstradas e analisados os impactos do SNC no SCI nas pequenas e médias empresas.

8.2- Limitações do Estudo e Perspetivas Futuras

Em termos de limitações de estudo, releva-se alguns constrangimentos decorrentes do desenvolvimento deste, nomeadamente o acesso aos dados e a ausência de estudos anteriores por dificuldades de encontrar variáveis relativas ao controlo interno das organizações.

Relativamente à análise da informação financeira, as dificuldades estiveram relacionadas com os limites associados às divulgações por parte das PME, que se podem subdividir em três aspetos:

- primeiro, quanto às DF do ano 2009, as limitações encontradas estão relacionadas por um lado, com alguma confusão gerada entre os ajustamentos e as variáveis estudadas, situação essa que não nos permite vislumbrar claramente a sua distinção e, por outro com a limitação da informação por exemplo quanto aos testes de imparidade efetuados ou não e à forma como são efetuados;
- outra limitação deste estudo é a reduzida amostra, bem como a diferente dimensão das empresas e setores de atividade que podem influenciar os resultados;
- por último, limitações com a questão do tipo de empresas que constituem a amostra das PME, que apresentam um desempenho financeiro elevado, pelo que os resultados alcançados não podem ser generalizados às restantes empresas.

Assim como esta dissertação não representa o fim de um projeto, mas antes apenas uma parte do mesmo, são feitas algumas sugestões para trabalho a desenvolver com vista não só a complementar o trabalho realizado como abrir novos percursos de investigação. Seria interessante aplicar o estudo a outro tipo de amostra, como por exemplo, por setor de atividade ou apenas nas empresas do PSI 20. Seria ainda interessante melhorar os objetivos desta dissertação com vista a uma aplicação o mais real e fiável possível de um caso de estudo num sistema de produção real. Poderia ainda ser efetuada uma análise ao nível do controlo interno, usando um estudo de caso, averiguando a aplicação do referido controlo. Por último sugerimos ainda uma análise ao nível das divulgações.

Referências bibliográficas

- Almeida, R. Dias, I e Carvalho, F. (2009). *SNC explicado, ATF*. Edições Técnicas.
- Bandeira, A. (2009). *Efeitos esperados do novo Sistema de Normalização Contabilística*. Porto Editora
- Cascais, D e Farinha, José P. (2010). *SNC e as PME Casos Práticos – Texto Gestão*. Lyra Editorial
- Cravo, D. (2009). *Estrutura Conceptual: O Sistema de Normalização Contabilística para Pequenas Entidades*. Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. Almedina Editorial
- Guimarães, Joaquim F. C. (2011). *Estudos sobre a Normalização Contabilística em Portugal*. Vida Económica Editorial, SA
- Jesus, Tânia Alves de. *Existências -Interpretação e aplicação da NCRF 18*. Jornal – Vida Económica (2012), p. 62-66
- Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. (2010). *Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e serviços Relacionados*
- Rodrigues, J. (2009). *Sistema de Normalização Contabilística Explicado*. Porto Editora
- Vida Económica. (2009). *SNC 2010 – Sistema de Normalização Contabilística*. Vida Económica Editorial, SA
- Wells, Joseph T. (2009). *Manual da Fraude na Empresa. Prevenção e Deteção*. Coimbra, Almedina.

Trabalhos Académicos

- Coelho, Carolina Sofia Mesquita. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. (2012). *O Caminho da Revisão de Contas* (Tese Mestrado).
- Costa, Ricardo Joel Dias Gonçalves. Universidade de Aveiro. (2010). *A Contabilização Das Provisões E Contingências* (Dissertação de Mestrado).
- Encarnação, Carina Fabíola. ISCTE. (2010). *Indicadores Económico-Financeiros: Os impactos da alteração normativa em Portugal* (Projeto de Mestrado em Finanças e Controlo Empresarial).

Machado, José Joaquim de Sá; Universidade do Minho (2012) - *Os primeiros impactos da adoção do SNC nas PME de excelência em Portugal* (Dissertação de Mestrado).

Machado, Suzanna Monteiro; Instituto Politécnico de Bragança (2011) - *Do POC ao SNC: Que Implicações para os TOC?* (Dissertação de Mestrado).

Marques, Miguel Cabelo Dias; ISCTE (2011) - *A Implementação Do Sistema De Normalização Contabilística (SNC) Em, Portugal: A Experiência Do 1º Ano Na Perspetiva De Profissionais De Contabilidade* (Dissertação de mestrado).

Matos, Hélder Alexandre Pereira; Instituto Politécnico do Porto (2011) – *A adoção do SNC os seus impactos nas Demonstrações Financeiras* (Dissertação de Mestrado).

Pássaro, Alexandra Isabel da Cunha; Instituto Politécnico do Porto (2011) - *NCRF 21 Provisões, Passivos Contingentes E Ativos Contingentes Suas implicações fiscais e de auditoria* (Dissertação de Mestrado).

Paulo Martins - Universidade De Aveiro (2010) Instituto Superior De Contabilidade E Administração - *Imparidade De Ativos e o Papel da Auditoria Interna. Porte: Importância De Sua Implantação* (Dissertação de Mestrado).

Rocha, Luís Filipe Bronze; ISCTE (2009) - *Sistema De Controlo Interno De Reporte Financeiro (Scirf) No Grupo Edp – Energias De Portugal* (Projeto de Mestrado em Contabilidade).

Russo João; Faculdade de Coimbra - (2004) – *Controlo Interno nas Empresas* (Estudo Académico).

Internet

http://www.cnc.min-financas.pt/siteantigo/SNC_projecto/NCRF_18_inventarios.pdf

<http://pt.scribd.com/doc/50612606/SNC-vs-Analise-Financeira>

<http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/383/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/20734/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O.pdf>

http://www.aiccopn.pt/upload/Fiscalidade_2011/PriceWaterhouseCoopers.pdf

<http://www.infocontab.com.pt/download/DRA/DRA410.pdf>

<http://www.oa.pt/upl/%7B2dd2173b-7b3c-4516-99a7-98491c56363d%7D.pdf>

<http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/58/Auditoria2.pdf>

http://www.otoc.pt/fotos/editor2/NoitesSNC_2010_2Sess%C3%A3o-%2029OUT.pdf

<http://www.otoc.pt/pt/formacao/documentacao/snc/>

<http://www.pwc.pt/pt/corporate/imagens/snc-set-09.pdf>

<http://www.pwc.pt/pt/corporate/imagens/snc-set-09.pdf>

<http://www.slideshare.net/LusBastos/acrscimos-e-diferimentos>

<http://www.sncpt.com/Default.aspx?action=ArticleViewer&target=425>

http://www.uc.pt/feuc/documentos/destaqueDocs/Docs12/SNC/leonor_fernandes_ferreira.pdf

<http://www.uminho.pt/docs/outra-informacao/2012/05/28/manual-de-controlo-interno-da-uminho-maio-2012.pdf>

<https://ria.ua.pt/bitstream/10773/3538/1/4768.pdf>

Anexos

Anexo 1: Empresas que constituem a amostra

Number	PME Portuguesas		Volume negócios				
	Nome	Sector	2009	Δ%	2010	Δ%	2011
1	COMPACTA equipamento e serviço de informática, S.A	Prestação de serviço em Tecnologia da Informação,	27.144.792,00	- 0,07	25.374.078,00	- 0,04	24.429.311,00
2	EDNORTE, S.A	Construção civil e obras públicas	11.850.018,00	0,16	13.692.106,00	0,13	15.516.431,00
3	LizGráfica, S.A	Impressão e artes gráficas	35.674.256,00	0,00	35.705.000,00	- 0,13	31.083.000,00
4	Oliveira & Irmãos, S.A	Comercialização de equipamentos sanitários	40.018.684,00	0,14	45.815.422,00	- 0,05	43.478.745,00
5	Adi, agência de inovação, S.A	Promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico	121.179.510,00	- 0,94	6.666.640,00	- 0,28	4.821.130,00
6	Phagecon, S.A	Prestação de serviço SECTOR FARMACÊUTICO	443.708,00	0,15	512.027,00	0,23	629.277,00
7	Valor pneu, S.A	Gestão de pneus	9.965.250,72	0,04	10.369.401,82	- 0,12	9.081.005,66
8	SIBS FORWARD PAYMENT SOLUTIONS, S.A	desenvolvimento de actividades e funções nas áreas de processamento de pagamentos electrónicos e Câmara de Compensação.	15.038.915,00	- 0,24	11.436.665,00	- 0,79	2.416.156,00
9	ACP, Automóvel Club de Portugal, S.A	Prestação de serviço,	25.117.721,04	0,07	26.997.807,00	- 0,10	24.346.403,00
10	Chagas, S.A	Serviço de ranhar tubos	82.708.971,03	0,08	89.253.990,00	0,01	90.521.083,00
11	Lena Abrantina Imobiliária S.A	Imobiliária	960.176,22	22,44	22.505.501,33	- 0,03	21.776.876,00
12	Inova - EEM, S.A	gestão e exploração dos sistemas de abastecimento público de água	5.339.694,00	0,07	5.723.767,00	0,09	6.224.603,00
13	FHC, FARMACÊUTICA S.A	Actividade Farmacêutica	50.245.514,00	0,07	53.941.235,00	0,18	63.654.850,00
14	MARL, S.A	abastecimento grossista de produtos agro-alimentares	14.317.778,00	- 0,03	13.912.644,00	- 0,01	13.816.542,00
15	Docapesca Porto e Iotas, S.A	Pescas	25.799.020,00	- 0,05	24.423.055,00	- 0,01	24.155.731,00
16	Águas do Nordeste, S.A	Abastecimento de água	16.638.106,00	0,13	18.778.901,00	0,01	19.032.789,00
17	Viamar água	Abastecimento de água	13.002.007,00	0,12	14.535.457,00	0,04	15.129.437,00
18	Águas do Mondego, S.A	Abastecimento de água	13.120.876,21	0,20	15.741.873,63	0,10	17.265.962,53
19	Esposende ambiente, S.A	Tratamento de água	5.146.604,00	0,03	5.319.878,00	- 0,06	4.999.282,00
20	PME Sociedade de Investimento, S.A	Financiamento de PME	4.714.000,00	0,55	7.324.000,00	0,35	9.878.000,00
21	Norgarante, garantia mútua, SA	Facilitar créditos a PME	16.560.850,00	0,94	32.112.016,00	0,31	42.063.770,00
22	FamiGeste SGPS, S.A	gestão de participações sociais	12.010,00	64,76	789.748,00	2,30	2.606.932,00
23	Sanest, saneamento da costa Estoril, S.A	Acessoria de sistema de saneamento	16.005.541,00	0,02	16.344.244,00	0,05	17.163.570,00
24	Água de cascais, S.A	Concessionário sistema de distribuição de água	35.357.408,00	0,09	38.725.761,00	- 0,02	37.916.816,00
25	Sata, Air açores, S.A	Transporte	40.136.622,00	- 0,06	37.846.429,00	- 0,02	37.199.950,00
26	Conceito, Consultoria de Gestão, S.A	Prestação de serviço em consultoria	3.014.402,16	0,14	3.425.457,00	0,09	3.719.567,00
27	Primus, Promoção e Desenvolvimento Regional S.A	consultoria para os negócios e para a gestão.	223.004,00		284.314,00	- 0,06	267.522,00
28	Impresa, Sociedade gestora de participações sociais	Prestação de serviço	202.502.945,00		271.146.646,00	- 0,08	249.791.467,00
29	COSEC, companhia de seguros de créditos, S.A	Seguros	39.664.000,00		37.099.000,00	0,04	38.502.000,00
30							
			625.826.164,66	0,19	747.668.388,96	- 0,01	742.449.308,53
		Média	30.072.495,98	0,02	30.544.933,23	- 0,02	30.051.317,52
		Mediana	16.005.541,00	0,02	16.344.244,00	0,06	17.265.962,53
		Desvio Padrão	42.297.350,01	0,19	50.142.253,11	- 0,07	46.880.923,57
		Assimetria	1,00	- 0,15	0,85	- 0,04	0,82
		Máximo	202.502.945,00	0,34	271.146.646,00	- 0,08	249.791.467,00
		Mínimo	12.010,00	22,67	284.314,00	- 0,06	267.522,00
		Soma					

Number	PME Portuguesas		Total dos Activos			
	Nome	Sector	Δ%	2010	Δ%	2011
1	COMPACTA equipamento e serviço de informática, S.A	Prestação de serviço em Tecnologia da Informação,	0,16	26.520.831,00	- 0,18	21.818.591,00
2	EDNORTE, S.A	Construção civil e obras públicas	0,04	11.499.894,00	0,17	13.423.326,00
3	LizGráfica, S.A	Impressão e artes gráficas	- 0,03	68.451.000,00	- 0,40	41.291.000,00
4	Oliveira & Irmãos, S.A	Comercialização de equipamentos sanitários	0,14	54.150.811,00	0,00	54.356.134,00
5	Adi, agência de inovação, S.A	Promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico	- 0,23	16.476.743,66	- 0,13	14.290.121,57
6	Phagecon, S.A	Prestação de serviço SECTOR FARMACÊUTICO	0,31	387.650,00	0,80	698.301,00
7	Valor pneu, S.A	Gestão de pneus	0,24	5.424.423,50	- 0,01	5.345.975,86
8	SIBS FORWARD PAYMENT SOLUTIONS, S.A	desenvolvimento de actividades e funções nas áreas de processamento de pagamentos electrónicos e Câmara de Compensação.	- 0,12	111.281.235,00	- 0,17	92.270.539,00
9	ACP, Automóvel Club de Portugal, S.A	Prestação de serviço,	8,99	35.538.388,52	- 0,07	32.888.203,44
10	Chagas, S.A	Serviço de ranhurar tubos	- 0,10	63.148.474,00	0,01	63.682.060,00
11	Lena Abrantina Imobiliária S.A	Imobiliária	0,41	98.106.733,00	- 0,03	95.317.107,00
12	Inova - EEM, S.A	gestão e exploração dos sistemas de abastecimento público de água	0,15	23.527.378,00	0,17	27.580.277,00
13	FHC, FARMACÊUTICA S.A	Actividade Farmacêutica	0,08	37.728.738,00	0,33	50.044.706,00
14	MARL, S.A	abastecimento grossista de produtos agro-alimentares	- 0,02	156.844.350,00	- 0,03	152.823.943,00
15	Docapesca Porto e lotas, S.A	Pescas	- 0,04	30.708.666,00	- 0,04	29.490.367,00
16	Águas do Nordeste, S.A	Abastecimento de água	0,13	724.270.058,00	0,06	770.972.015,00
17	Viamar água	Abastecimento de água	0,04	62.369.311,00	0,02	63.503.886,00
18	Águas do Mondego, S.A	Abastecimento de água	0,21	191.348.388,00	0,14	217.559.306,14
19	Esposende ambiente, S.A	Tratamento de água	0,10	30.299.564,00	0,11	33.596.681,00
20	PME Sociedade de investimento, S.A	Financiamento de PME	0,06	30.121.305,00	0,22	36.661.324,00
21	Norgarante, garantia mútua, SA	Facilitar créditos a PME	0,46	91.408.725,00	0,08	98.420.532,00
22	FamiGeste SGPS, S.A	gestão de participações sociais	- 0,08	7.768.571,00	0,18	9.185.099,00
23	Sanest, saneamento da costa Estoril, S.A	Acessoria de sistema de saneamento	0,06	209.724.094,00	- 0,05	199.164.567,00
24	Água de cascais, S.A	Concessionário sistema de distribuição de água	0,16	84.118.153,00		86.077.205,00
25	Sata, Air açores, S.A	Transporte	- 0,86	159.362.585,00		148.641.500,00
26	Conceito, Consultoria de Gestão, S.A	Prestação de serviço em consultoria	0,07	5.326.335,00		6.096.936,00
27	Primus, Promoção e Desenvolvimento Regional S.A	consultoria para os negócios e para a gestão.	- 0,70	761.446,00		306.747,00
28	Impresa, Sociedade gestora de participações sociais	Prestação de serviço	- 0,10	484.403.263,00		441.809.872,00
29	COSEC, companhia de seguros de créditos, S.A	Seguros	0,07	107.065.601,00		108.082.805,00
30						
			- 0,22	2.745.231.361,52	0,01	2.764.175.677,58
		Média	- 0,21	100.970.438,44	- 0,00	100.531.004,38
		Mediana	0,14	54.150.811,00	- 0,08	50.044.706,00
		Desvio Padrão	- 0,36	154.201.340,64	0,02	157.749.677,18
		Assimetria	- 0,10	0,91	0,05	0,96
		Máximo	- 0,35	724.270.058,00	0,06	770.972.015,00
		Mínimo	0,31	387.650,00	- 0,21	306.747,00
		Soma				

Number	PME Portuguesas	Imparidades de inventários e dívida da receber					Inventário				
	Nome	2009	Δ%	2010	Δ%	2011	2009	Δ%	2010	Δ%	2011
1	COMPACTA equipamento e serviço de informática, S.A	302 885,00		60 781,70	0,61	98 000,00	283 478,00	0,44	408 746,00	- 0,10	366 017,00
2	EDNORTE, S.A	-	-	-		1 019 160,28	442 929,22	- 0,24	335 583,00	- 0,64	121 394,40
3	LizGráfica, S.A	13 323 463,00	- 0,22	10 378 042,00	- 1,38	3 908 376,00	1 194 777,00	- 0,31	820 275,00	- 0,10	741 283,00
4	Oliveira & Irmãos, S.A	145 517,00	- 0,36	92 570,00	- 0,37	57 895,00	10 975 452,00	- 0,29	7 738 161,00	0,12	8 680 183,00
5	Adi, agência de inovação, S.A	433 647,00	- 1,00				-		-		-
6	Phagecon, S.A	4 565,00	0,96	8 933,00	0,55	13 831,00	-		-		-
7	Valor pneu, S.A	196 806,50	2,57	702 868,40	185,74	131 254 412,00	-		-		-
8	SIBS FORWARD PAYMENT SOLUTIONS, S.A	567 001,00	0,83	1 039 690,00	- 0,97	31 266,00	7 618 929,00	- 0,69	2 396 084,00	- 1,00	-
9	ACP, Automóvel Club de Portugal, S.A	17 437,50	- 1,00	-		4 831,71	283 950,98	0,58	447 248,68	- 0,18	368 714,39
10	Chagas, S.A	101 714,02	0,54	156 239,87	4,50	858 692,00	19 365 525,00	0,04	20 149 784,00	- 0,08	18 481 543,00
11	Lena Abrantina Imobiliária S.A	-		2 103,75	- 1,00	-	55 483 034,96	0,11	61 822 842,49	- 0,19	50 150 485,00
12	Inova - EEM, S.A	21 832,00	0,22	26 622,00	- 0,38	16 501,00	113 343,00	0,53	173 385,00	- 0,07	160 937,00
13	FHC, FARMACÉUTICA S.A	52 538,00	1,58	135 425,00	- 0,00	135 321,00	9 592 537,00	- 0,17	8 007 609,00	0,59	12 710 726,00
14	MARL, S.A	72 340,00	- 0,75	18 038,00	2,24	58 501,00	-		-		-
15	Docapesca Porto e lotas, S.A	372 975,00	- 0,58	157 499,00	0,31	206 515,00	449 342,00	- 0,23	348 123,00	- 0,07	323 931,00
16	Águas do Nordeste, S.A			789 451,00	0,59	1 257 503,00	427 751,00	0,33	570 334,00	0,55	885 681,00
17	Viamar água	108 958,00	0,25	136 588,00	0,87	255 320,00	771 890,00	- 0,01	761 512,00	- 0,03	739 343,00
18	Águas do Mondego, S.A					350 118,87	5 200,63	0,65	8 568,07	- 0,06	8 044,75
19	Esposende ambiente, S.A	13 899,00	1,19	30 470,00	0,22	37 202,00	164 866,00	0,10	182 056,00	0,05	190 703,00
20	PME Sociedade de investimento, S.A	-		-		-	-		-		-
21	Norgarante, garantia mútua, SA						-		-		-
22	FamiGeste SGPS, S.A	-		410 851,00	- 1,00	-	-		-		-
23	Sanest, saneamento da costa Estoril, S.A	-		-		-	89 939,00	0,55	139 623,00	0,16	162 029,00
24	Água de cascais, S.A	306 137,00	- 0,09	279 996,00	1,04	570 926,00	134 510,00	0,08	145 842,00	0,08	157 128,00
25	Sata, Air açores, S.A	32 843,00	6,27	238 628,00	- 0,47	126 005,00	1 828 710,00	0,40	2 555 740,00	0,01	2 587 968,00
26	Ceito, Consultoria de Gestão, S.A	3 052 669,00	- 1,00	3 543,00	27,34	100 394,00	-		-		-
27	Primus, Promoção e Desenvolvimento Regional S.A	-		-		-	19 706,00		-		-
28	Impresa, Sociedade gestora de participações sociais	1 718 337,00		1 413 406,00		34 883 630,00	1 916 265,00		2 779 369,00		3 270 330,00
29	COSEC, companhia de seguros de créditos, S.A	147 265,00		-		-	20 736,00		12 995,00		10 907,00
		20 992 829,02	- 0,23	16 081 745,72	9,41	167 427 648,86	111 182 871,79	- 0,01	109 803 880,24	- 0,09	100 117 347,54
		807 416,50	- 0,23	618 528,68	9,03	6 201 024,03	3 833 892,13	- 0,01	3 786 340,70	- 0,09	3 452 322,33
		87 027,01	- 0,12	76 675,85	- 0,24	58 501,00	164 866,00	0,10	182 056,00	- 0,12	160 937,00
		2 636 544,47	- 0,23	2 023 436,08	11,79	25 888 531,81	10 868 535,27	0,09	11 890 279,28	- 0,16	9 942 128,14
		0,82	- 0,02	0,80	- 0,11	0,71	1,01	- 0,10	0,91	0,09	0,99
		13 323 463,00	- 0,22	10 378 042,00	11,65	131 254 412,00	55 483 034,96	0,11	61 822 842,49	- 0,19	50 150 485,00
		-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	- 3 908 376,00	-		-		-

PME Portuguesas		Ativos diferidos				
Nome	Sector	2009	Δ%	2010	Δ%	2011
COMPACTA equipamento e serviço de informática, S.A	Prestação de serviço	293 427,00	2,58	1 050 184,00	0,17	1 228 477,00
EDNORTE, S.A	Construção civil e ob	16 867,43	61,66	1 056 840,00	- 0,99	6 150,85
LizGráfica, S.A				29 472,00	- 0,12	25 966,00
Oliveira & Irmãos, S.A	Comercialização de	268 076,00	- 0,53	126 261,00	0,36	172 098,00
Adi, agência de inovação, S.A	Promover a inovação e o	111 869,39	- 0,24	84 672,06	- 0,25	63 430,31
Phagecon, S.A	Prestação de serviço	4 359,00	3,89	21 337,00	- 0,49	10 826,00
Valor pneu, S.A	Gestão de pneus	23 490,30	- 0,27	17 106,36	- 0,36	11 025,41
SIBS FORWARD PAYMENT SOLUTIONS, S.A	desenvolvimento de actividades e funções nas áreas de processamento de	-		-		-
ACP, Automóvel Club de Portugal, S.A	Prestação de serviço,	8 802,37	- 0,31	6 062,69	- 1,00	1,48
Chagas, S.A	Serviço de ranhurar t	987 896,17	- 0,05	942 482,00	- 0,22	731 484,00
Lena Abrantina Imobiliária S.A	Imobiliária	1 297 233,00	- 0,24	987 208,00	3,00	3 952 525,00
Inova - EEM, S.A	gestão e exploração do	20 558,00	- 0,22	16 059,00	0,58	25 331,00
FHC, FARMACÊUTICA S.A	Actividade Farmacêu	51 377,00	0,55	79 483,00	- 0,71	22 793,00
MARL, S.A	abastecimento gros	422 755,00	0,02	431 051,00	- 0,55	193 283,00
Docapesca Porto e Iotas, S.A	Pescas	230 588,00	- 0,16	193 812,00	- 0,20	155 841,00
Águas do Nordeste, S.A	Abastecimento de ág	-		-		-
Viamar água	Abastecimento de ág	131 632,00	- 0,25	98 983,00	- 0,06	92 928,00
Águas do Mondego, S.A	Abastecimento de ág	123 808,00	- 0,30	86 885,00	- 1,00	
Esposende ambiente, S.A	Tratamento de água	77 049,00	- 0,33	51 703,00	- 0,30	35 972,00
PME Sociedade de investimento, S.A	Financiamento de PN	-	-	-	-	-
Norgarante, garantia mútua, SA	Facilitar créditos a PN	-	-	-	-	-
FamiGeste SGPS, S.A	gestão de participa	1 324,00	1,14	2 829,00	- 0,92	216,00
Sanest, saneamento da costa Estoril, S.A	Acessoria de sistema	-		-		-
Água de cascais, S.A	Concessionário siste	412 990,00	- 0,45	228 891,00	- 0,35	149 198,00
Sata, Air açores, S.A	Transporte	2 165 660,00	- 0,09	1 976 277,00	- 0,20	1 583 604,00
Ceito, Consultoria de Gestão, S.A	Prestação de serviço	28 965 332,00	- 1,00	29 631,00	0,03	30 467,00
Primus, Promoção e Desenvolvimento Regional S.A	consultoria para os	102 177,00	- 0,99	905,00	-	905,00
Impresa, Sociedade gestora de participações sociais	Prestação de serviço	-		-		-
COSEC, companhia de seguros de créditos, S.A	Seguros	1 728 089,00		3 029 941,00		2 412 623,00
		36 727 270,54	- 0,71	10 548 075,11	0,03	10 905 145,05
	Média	1 337 334,27	- 0,73	363 726,73	0,07	389 469,47
	Mediana	89 613,00	- 0,42	51 703,00	- 0,50	25 648,50
	Desvio Padrão	5 442 883,85	- 0,87	698 474,13	0,29	900 175,40
	Assimetria	0,69	0,95	1,34	- 0,10	1,21
	Máximo	28 965 332,00	- 0,90	3 029 941,00	0,30	3 952 525,00
	Mínimo	-		-		-
	Soma	35 835 163,81	- 0,88	4 143 846,20	0,27	5 267 819,58

Nº	PME Portuguesas		PROVISÕES				
	Nome	Actividade	2009	Δ%	2010	Δ%	2011
1	COMPACTA equipamento e serviço de informática, S.A	Prestação de serviço em Tecnologia da Informação,	188 605,00	- 0,80	37 253,30	- 1,00	
2	EDNORTE, S.A	Construção civil e obras públicas	437 440,15	- 0,04	420 241,17	- 0,15	356 001,61
3	LizGráfica, S.A	Impressão e artes gráficas	128 373,00	- 0,82	23 268,00	61,19	1 447 109,00
4	Oliveira & Irmãos, S.A	Comercialização de equipamentos sanitários			60 000,00	1,52	151 070,00
5	Adi, agência de inovação, S.A	Promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico	639 904,59	- 0,60	255 000,00	- 0,76	60 000,00
6	Phagecon, S.A	Prestação de serviço SECTOR FARMACÉUTICO	-		-		-
7	Valor pneu, S.A	Gestão de pneus	-		-		-
8	SIBS FORWARD PAYMENT SOLUTIONS, S.A	desenvolvimento de actividades e funções nas áreas de processamento de pagamentos electrónicos e Câmara de Compensação.	8 057 197,00	- 0,16	6 746 540,00	- 0,25	5 052 269,00
9	ACP, Automóvel Club de Portugal, S.A	Prestação de serviço,	959 899,29	- 0,19	777 725,35	1,49	1 937 537,06
10	Chagas, S.A	Serviço de ranhurar tubos	-		-		-
11	Lena Abrantina Imobiliária S.A	Imobiliária	-		-		-
12	Inova - EEM, S.A	gestão e exploração dos sistemas de abastecimento público de água	-		-		-
13	FHC, FARMACÊUTICA S.A	Actividade Farmacêutica	-		-		-
14	MARL, S.A	abastecimento grossista de produtos agro-alimentares	21 301 482,00	0,12	23 911 037,00	- 1,00	33 344,00
15	Docapesca Porto e lotas, S.A	Pescas	9 257 811,00	0,07	9 921 524,00	0,06	10 536 236,00
16	Águas do Nordeste, S.A	Abastecimento de água	-	-	-	-	-
17	Viamar água	Abastecimento de água	-	-	-	-	-
18	Águas do Mondego, S.A	Abastecimento de água	-	-	-	-	-
19	Esposende ambiente, S.A	Tratamento de água	-	-	-	-	-
20	PME Sociedade de investimento, S.A	Financiamento de PME	168 968,00	- 0,11	150 611,00	- 0,10	135 080,00
21	Norgarante, garantia mútua, SA	Facilitar créditos a PME	13 783 742,00	0,56	21 489 033,00	0,24	26 590 434,00
22	FamiGeste SGPS, S.A	gestão de participações sociais	-	-	-	-	-
23	Sanest, saneamento da costa Estoril, S.A	Acessoria de sistema de saneamento	1 128 889,00	- 0,70	340 379,00	-	340 379,00
24	Água de cascais, S.A	Concessionário sistema de distribuição de água	185 263,00	0,55	287 130,00	0,40	400 735,00
25	Sata, Air açores, S.A	Transporte	11 701 116,00	- 0,26	8 663 545,00	0,13	9 779 928,00
26	Ceito, Consultoria de Gestão, S.A	Prestação de serviço em consultoria	18 526,00	0,08	20 000,00	-	20 000,00
27	Primus, Promoção e Desenvolvimento Regional S.A	consultoria para os negócios e para a gestão.	-		-		-
28	Impresa, Sociedade gestora de participações sociais	Prestação de serviço	5 885 815,00		4 793 498,00		4 556 407,00
29	COSEC, companhia de seguros de créditos, S.A	Seguros	49 310 841,00		46 280 373,00		48 379 194,00
			121 759 549,29	0,01	123 381 395,35	- 0,13	107 761 543,06
		Média	4 398 352,57	- 0,03	4 281 970,96	- 0,08	3 920 561,56
		Mediana	148 670,50	- 0,75	37 253,30	0,25	46 672,00
		Desvio Padrão	10 289 739,38	- 0,01	10 153 688,01	0,02	10 321 602,98
		Assimetria	1,24	0,01	1,25	- 0,10	1,13
		Máximo	49 310 841,00	- 0,06	46 280 373,00	0,05	48 379 194,00

Anexo 2 – Teste de regressão com variáveis Dummy

PME Portuguesas	Imparidades de inventários e dívida da receber					
Nome	POC 2009	SNC 2010	Var.Dummy 1 Divulgação em Notas das políticas usadas para os testes de imparidade aos ativos identificados (1=Sim;0=Não)	Var.Dummy 2 Divulgação por classes das quantias das perdas e reversões por imparidade reconhecidas nos resultados (1=Sim; 0=Não)	Var.Dummy 3 Consistências das estimativas realizadas e rigoriedade nos calculos. (1= Coerentes; 0=Confuso)	VA.Dummy 4 No caso de perda material por imparidade foram divulgados nas Notas os acontecimentos e circunstâncias q conduzem o acontecimento (1=Sim;0=Não)
COMPACTA equipamento e serviço de informática, S.A	302885,00	2010,00	1	1	1	1
EDNORTE, S.A	330522,00	330522,00	1	0	1	1
LizGráfica, S.A	13323463,00	10378042,00	1	1	1	1
Oliveira & Irmãos, S.A	145517,00	92570,00	1	0	1	1
Adi, agência de inovação, S.A	433647,00	433647,00	1	1	1	0
Phagecon, S.A	4565,00	8933,00	1	0	1	0
Valor pneu, S.A	196806,50	702868,40	1	0	1	1
SIBS FORWARD PAYMENT SOLUTIONS, S.A	567001,00	1039690,00	1	1	1	1
ACP, Automóvel Club de Portugal, S.A	17437,50	17437,50	1	1	1	1
Chagas, S.A	101714,02	156239,87	1	0	0	1
Lena Abrantina Imobiliária S.A	3248,00	2103,75	1	1	1	1
Inova - EEM, S.A	21832,00	26622,00	1	1	0	0
FHC, FARMACÊUTICA S.A	52538,00	135425,00	1	0	0	1
MARL, S.A	72340,00	18038,00	0	0	1	1
Docapesca Porto e lotas, S.A	372975,00	157499,00	0	0	0	0
Águas do Nordeste, S.A	652485,00	789451,00	1	1	1	1
Viamar água	108958,00	136588,00	1	1	0	1
Águas do Mondego, S.A	11562,00	11800,00	1	1	1	1
Esposende ambiente, S.A	13899,00	30470,00	0	0	0	1
PME Sociedade de investimento, S.A	562147,00	669841,00	0	0	0	1
Norgarante, garantia mútua, SA	452365,00	321584,00	0	0	1	0
FamiGeste SGPS, S.A	410851,00	410851,00	1	1	1	0
Sanest, saneamento da costa Estoril, S.A	10658,00	9584,00	1	1	0	1
Água de cascais, S.A	306137,00	279996,00	0	1	1	0
Sata, Air açores, S.A	32843,00	238628,00	1	1	0	1
Ceito, Consultoria de Gestão, S.A	3052669,00	3543,00	1	0	1	0
Primus, Promoção e Desenvolvimento Regional S.A	12584,00	365184,00	0	0	1	1
Impresa, Sociedade gestora de participações sociais	1718337,00	1413406,00	1	0	0	1
COSEC, companhia de seguros de créditos, S.A	147265,00	14756,00	0	0	0	1

Number	PME Portuguesas	Inventário				
	Nome	POC 2009	SNC 2010	Var.Dummy 1 Divulgação nas Notas das Política contabilística adotadas na mensuração dos inventários (1=sim; 0=não)	Var.Dummy 2 Divulgação nas Notas das Formulas de custeio e o sistema de inventario (1=sim; 0=não)	Var.Dummy 3 Divulgação das quantias escrituradas detidas em diferentes classificações de inventários (1=Sim; 0=Não)
1	COMPACTA equipamento e serviço de informática, S.A	283478,00	408746,00	1	1	0
2	EDNORTE, S.A	442929,22	335583,00	1	1	0
3	LizGráfica, S.A	1194777,00	820275,00	1	1	1
4	Oliveira & Irmãos, S.A	10975452,00	7738161,00	1	1	1
5	Adi, agência de inovação, S.A	2562884,00	2485123,00	1	1	1
6	Phagecon, S.A	2658123,00	2658123,00	1	1	1
7	Valor pneu, S.A	856652,00	658412,00	1	1	1
8	SIBS FORWARD PAYMENT SOLUTIONS, S.A	7618929,00	2396084,00	1	1	1
9	ACP, Automóvel Club de Portugal, S.A	283950,98	447248,68	1	1	1
10	Chagas, S.A	19365525,00	20149784,00	1	1	1
11	Lena Abrantina Imobiliária S.A	55483034,96	61822842,49	1	1	1
12	Inova - EEM, S.A	113343,00	173385,00	1	0	1
13	FHC, FARMACÊUTICA S.A	9592537,00	8007609,00	1	0	0
14	MARL, S.A	843326,00	9985214,00	1	1	0
15	Docapesca Porto e lotas, S.A	449342,00	348123,00	1	0	1
16	Águas do Nordeste, S.A	427751,00	570334,00	1	1	1
17	Viamar água	771890,00	761512,00	1	0	0
18	Águas do Mondego, S.A	5200,63	8568,07	0	0	0
19	Esposende ambiente, S.A	164866,00	182056,00	1	0	1
20	PME Sociedade de investimento, S.A	445223,00	453698,00	1	1	0
21	Norgarante, garantia mútua, SA	556228,00	578996,00	1	1	0
22	FamiGeste SGPS, S.A	25852,00	25892,00	1	1	0
23	Sanest, saneamento da costa Estoril, S.A	89939,00	139623,00	1	1	1
24	Água de cascais, S.A	134510,00	145842,00	1	1	1
25	Sata, Air açores, S.A	1828710,00	2555740,00	1	1	1
26	Ceito, Consultoria de Gestão, S.A	548123,00	548123,00	1	0	0
27	Primus, Promoção e Desenvolvimento Regional S.A	19706,00	18996,00	1	1	0
28	Impresa, Sociedade gestora de participações sociais	1916265,00	2779369,00	1	1	1
29	COSEC, companhia de seguros de créditos, S.A	20736,00	12995,00	1	0	1

Number	PME Portuguesas	Ativos Diferidos				
	Nome	POC 2009	SNC 2010	Var.Dummy 1 Informação transparente relevantes para comparar os saldos atuais com os existentes no final do período anterior e aplicação no período corrente, políticas contabilísticas consistentes com as do período anterior (1=Sim ;0=Não)	Var.Dummy 2 Toda a informação complementar referente aos acréscimos e deferimentos está adequada- mente divulgada nas Notas do Balanço e Demonstração dos Resultados (1=Sim; 0=Não)	Var.Dummy 3 As transferências para rendimentos ou gastos estão devidamente justifi- cadas nos ABDR pela natureza da operação com causa e se foi cumprido o princípio contabilístico dos acréscimos (1=Sim; 0=Não)
1	COMPACTA equipamento e serviço de informática, S.A	293 427,00 €	1 050 184,00 €	0	0	0
2	EDNORTE, S.A	16 867,43 €	1 056 840,00 €	0	0	1
3	LizGráfica, S.A	30 998,00 €	29 472,00 €	1	1	1
4	Oliveira & Irmãos, S.A	268 076,00 €	126 261,00 €	1	1	1
5	Adi, agência de inovação, S.A	111 869,39 €	84 672,06 €	1	1	1
6	Phagecon, S.A	4 359,00 €	21 337,00 €	1	1	1
7	Valor pneu, S.A	23 490,30 €	17 106,36 €	1	1	1
8	SIBS FORWARD PAYMENT SOLUTIONS, S.A	17 589,00 €	17 589,00 €	1	1	1
9	ACP, Automóvel Club de Portugal, S.A	8 802,37 €	6 062,69 €	1	1	1
10	Chagas, S.A	987 896,17 €	942 482,00 €	0	0	0
11	Lena Abrantina Imobiliária S.A	1 297 233,00 €	987 208,00 €	0	0	0
12	Inova - EEM, S.A	20 558,00 €	16 059,00 €	1	1	0
13	FHC, FARMACÊUTICA S.A	51 377,00 €	79 483,00 €	1	1	0
14	MARL, S.A	422 755,00 €	431 051,00 €	1	0	0
15	Docapesca Porto e lotas, S.A	230 588,00 €	193 812,00 €	1	0	1
16	Águas do Nordeste, S.A	332 065,00 €	332 065,00 €	1	1	1
17	Viamar água	131 632,00 €	98 983,00 €	0	0	1
18	Águas do Mondego, S.A	123 808,00 €	86 885,00 €	1	1	0
19	Esposende ambiente, S.A	77 049,00 €	51 703,00 €	0	0	1
20	PME Sociedade de investimento, S.A	78 265,00 €	78 265,00 €	1	1	0
21	Norgarante, garantia mútua, SA	65 514,00 €	62 584,00 €	0	1	1
22	FamiGeste SGPS, S.A	1 324,00 €	2 829,00 €	1	1	0
23	Sanest, saneamento da costa Estoril, S.A	265 856,00 €	265 856,00 €	1	1	1
24	Água de cascais, S.A	412 990,00 €	228 891,00 €	1	1	1
25	Sata, Air açores, S.A	2 165 660,00 €	1 976 277,00 €	1	1	0
26	Ceito, Consultoria de Gestão, S.A	28 965 332,00 €	29 631,00 €	1	0	1
27	Primus, Promoção e Desenvolvimento Regional S.A	102 177,00 €	905,00 €	0	0	0
28	Impresa, Sociedade gestora de participações sociais	995 854,00 €	995 854,00 €	0	0	1
29	COSEC, companhia de seguros de créditos, S.A	1 728 089,00 €	3 029 941,00 €	1	0	1

Nº	PME Portuguesas	PROVISÕES				
	Nome	SNC 2010	POC 2009	Var.Dummy 1 Foram apresentadas Políticas contabilísticas adotadas pela entidade foram apresentadas nas Notas, nomeadamente (cálculo p cda provis)	Var.Dummy 2 Divulgação nas Notas das DR da quantia escriturada no começo e no fim do período	Var.Dummy 3 S dclarads as variações significativas e, se existem, as respetivas razões, a fim de se poder comparar os saldos em relação ao ano anterior.
1	COMPACTA equipamento e serviço de informática, S.A	37 253,30	188 605,00	1	1	1
2	EDNORTE, S.A	420 241,17	437 440,15	1	1	1
3	LizGráfica, S.A	23 268,00	128 373,00	1	1	1
4	Oliveira & Irmãos, S.A	60 000,00	52 345,00	1	1	1
5	Adi, agência de inovação, S.A	255 000,00	639 904,59	1	1	1
6	Phagecon, S.A	0,00	0,00	0	0	0
7	Valor pneu, S.A	0,00	0,00	0	0	0
8	SIBS FORWARD PAYMENT SOLUTIONS, S.A	6746540,00	8057197,00	1	1	1
9	ACP, Automóvel Club de Portugal, S.A	777725,35	959899,29	1	1	1
10	Chagas, S.A	0,00	0,00	0	0	0
11	Lena Abrantina Imobiliária S.A	0,00	0,00	0	0	0
12	Inova - EEM, S.A	0,00	0,00	0	0	0
13	FHC, FARMACÊUTICA S.A	0,00	0,00	0	0	0
14	MARL, S.A	23911037,00	21301482,00	1	1	0
15	Docapesca Porto e lotas, S.A	9921524,00	9257811,00	1	0	1
16	Águas do Nordeste, S.A	0,00	0,00	0	0	0
17	Viamar água	0,00	0,00	0	0	0
18	Águas do Mondego, S.A	0,00	0,00	0	0	0
19	Esposende ambiente, S.A	0,00	0,00	0	0	1
20	PME Sociedade de investimento, S.A	150611,00	168968,00	1	1	0
21	Norgarante, garantia mútua, SA	21489033,00	13783742,00	1	1	0
22	FamiGeste SGPS, S.A	0,00	0,00	0	0	0
23	Sanest, saneamento da costa Estoril, S.A	340379,00	1128889,00	1	1	1
24	Água de cascais, S.A	287130,00	185263,00	1	1	1
25	Sata, Air açores, S.A	8663545,00	11701116,00	1	1	0
26	Ceito, Consultoria de Gestão, S.A	20000,00	18526,00	1	0	1
27	Primus, Promoção e Desenvolvimento Regional S.A	0,00	0,00	0	0	0
28	Impresa, Sociedade gestora de participações sociais	4793498,00	5885815,00	0	0	1
29	COSEC, companhia de seguros de créditos, S.A	46280373,00	49310841,00	1	0	1

RESUMO DOS RESULTADOS para o teste de regressão das Imparidades									
<i>Es+E40:M59</i> estatística de regressão									
R múltiplo	0,974762101								
R-Quadrado	0,950161153								
R-quadrado ajustado	94%	Valor significativo para continuar a investigação >5%. Representa a Percentagem do Impacto da Variável SNC nas variáveis Dummy e na variável POC,							
Erro padrão	625237,2421								
Observações	29								
ANOVA									
	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>				
Regressão	5	1,63961E+14	3,27923E+13	83,88454623	1,41622E-13				
Resíduo	22	8,60028E+12	3,90922E+11						
Total	27	1,72562E+14							
	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>	<i>Inferior 95,0%</i>	<i>Superior 95,0%</i>	
Imparidade.SNC - Var. independente	254452,5102	330603,5228	0,77	45%	-431177,2319	940082,2524	-431177,2319	940082,2524	
Imparidade.POC - Var. dependente	1,285534548	0,064399642	19,96	0%	1,151977864	1,419091232	1,151977864	1,419091232	
VA.Dummy 1	377065,8879	306269,4165	1,23	23%	-258098,0065	1012229,782	-258098,0065	1012229,782	
VA.Dummy 2	-354576,6993	264577,0492	-1,34	19%	-903275,9161	194122,5175	-903275,9161	194122,5175	
VA.Dummy 3	73447,13529	254837,4701	0,29	78%	-455053,4306	601947,7012	-455053,4306	601947,7012	
VA.Dummy 4	-574168,4496	273759,6214	-2,10	5%	-1141911,156	-6425,74359	-1141911,156	-6425,74359	

RESUMO DOS RESULTADOS para os teste de regressão dos Inventários								
Estatística de regressão								
R múltiplo	0,982970939							
R-Quadrado	0,966231866							
R-quadrado ajustado	96%							
Erro padrão	2140294,48							
Observações	29							
ANOVA								
	gl	SQ	MQ	F	F de significação			
Regressão	4	3,14581E+15	7,86E+14	171,6823	2,7687E-17			
Resíduo	24	1,09941E+14	4,58E+12					
Total	28	3,25575E+15						
	Coefficientes	Erro padrão	Stat t	valor-P	95% inferiores	95% superiores	Inferior 95,0%	Superior 95,0%
Inv.SNC (VAR.independ)	-2401,339153	2140294,501	-0,00112	100%	-4419752,081	4414949,403	-4419752,081	4414949,403
Inventario.POC	0,887244053	0,034983862	25,36152	0%	0,815040911	0,959447195	0,815040911	0,959447195
Var.Durmy 1	-297191,2677	2338819,481	-0,12707	90%	-5124277,431	4529894,896	-5124277,431	4529894,896
Var.Durmy 2	-316750,3544	947028,9914	-0,33447	74%	-2271322,128	1637821,419	-2271322,128	1637821,419
Var.Dummy 3	1213888,302	856011,2162	1,418075	17%	-552832,0163	2980608,62	-552832,0163	2980608,62

RESUMO DOS RESULTADOS dos deferimentos de Ativos								
Estatística de regressão								
R múltiplo	0,493471847							
R-Quadrado	0,243514464							
R-quadrado ajustado	12%							
Erro padrão	5015489,386							
Observações	29							
ANOVA								
	gl	SQ	MQ	F	F de significação			
Regressão	4	1,9434E+14	4,8585E+13	1,931414038	0,137763559			
Resíduo	24	6,03723E+14	2,51551E+13					
Total	28	7,98063E+14						
	Coefficientes	Erro padrão	Stat t	valor-P	95% inferiores	95% superiores	Inferior 95,0%	Superior 95,0%
Var.SNC (INDEPENDENTE)	1435542,346	2281353,243	0,629250359	54%	-3272939,33	6144024,022	-3272939,33	6144024,022
Var.POC	-1,442165702	1,503722188	-0,959063924	35%	-4,545695762	1,661364359	-4,545695762	1,661364359
Var.Dummy 1	5727179,651	2672617,048	2,142910693	4%	211169,1696	11243190,13	211169,1696	11243190,13
Var.Dummy 2	-7031026,522	2684086,119	-2,619523447	2%	-12570708	-1491345,042	-12570708	-1491345,042
Var.Dummy 3	1129093,562	1935957,089	0,583222411	57%	-2866525,489	5124712,613	-2866525,489	5124712,613

RESUMO DOS RESULTADOS para os teste de regressão das Provisões								
Estatística de regressão								
R múltiplo	0,99							
R-Quadrado	0,98							
R-quadrado ajustado	97%							
Erro padrão	1688170,64							
Observações	29							
ANOVA								
	gl	SQ	MQ	F	F de significação			
Regressão	4	2,80856E+15	7,02141E+14	246,3721943	4,14594E-19			
Resíduo	24	6,83981E+13	2,84992E+12					
Total	28	2,87696E+15						
	Coefficientes	Erro padrão	Stat t	valor-P	95% inferiores	% superior	inferior 95,0	perior 95,0
Var.SNC (INDEPENDENTE)	-443086,1312	764371,7055	-0,579673643	57%	-2020671,795	1134500	-2020672	1134500
Var.POC	0,953518172	0,034585439	27,56993092	0%	0,882137334	1,024899	0,882137	1,024899
Var.Dummy 1	2480103,803	963362,6957	2,574423749	2%	491820,9212	4468387	491820,9	4468387
Var.Dummy 2	-1827060,922	912094,6985	-2,003148275	6%	-3709531,858	55410,01	-3709532	55410,01
Var.Dummy 3	-115662,5209	665888,1508	-0,17369662	86%	-1489988,118	1258663	-1489988	1258663

Anexo 3 - Testes de Normalidade Com Variáveis de Distribuição Normal

